

## Relatório de Atividades BNDE, 1974

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



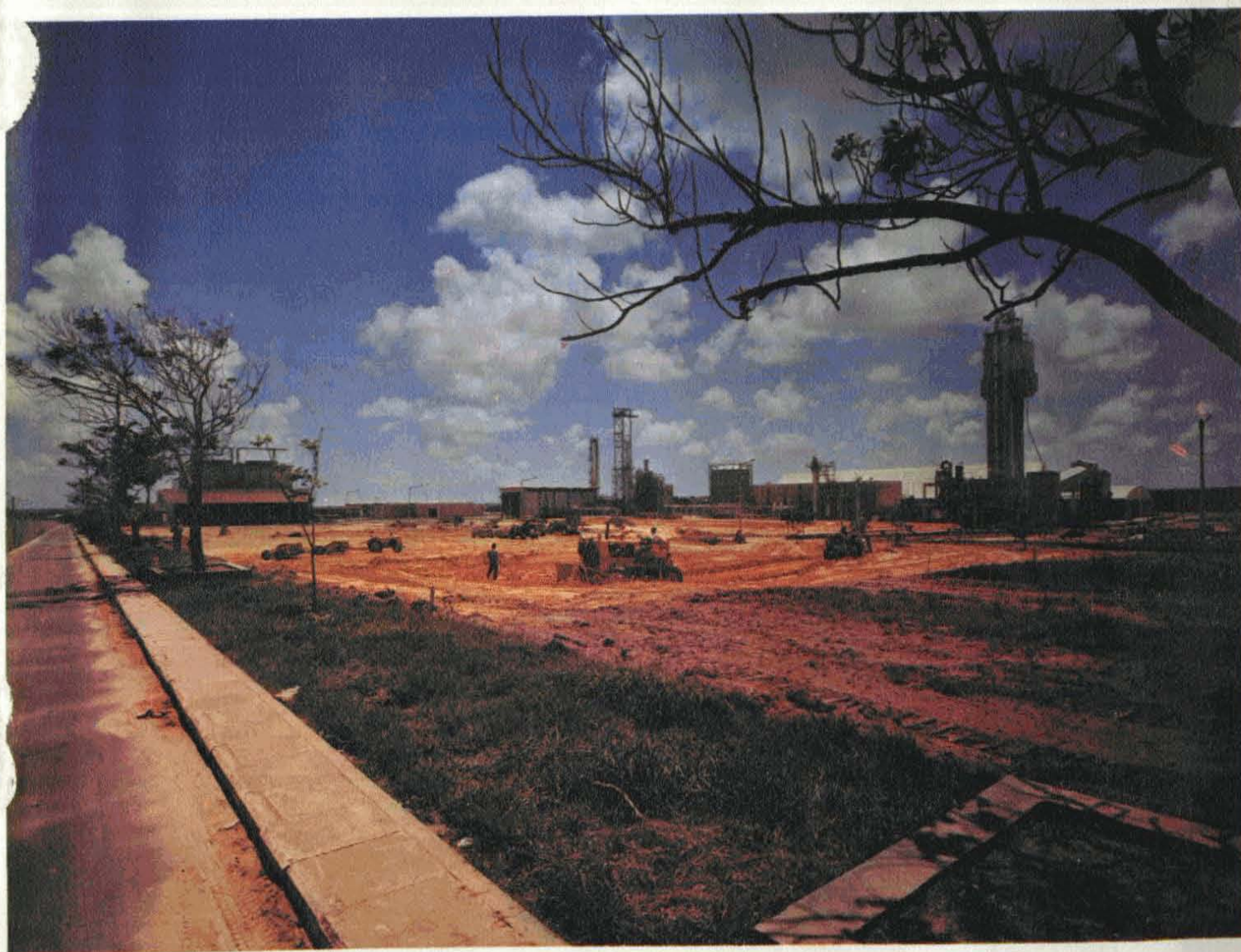
# BRN DE

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 1974



**BNDE**

**BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**







## **Diretoria**

### **Presidente**

Marcos Pereira Vianna

### **Diretores**

Afonso José Guerreiro de Oliveira

Alberto dos Santos Abade

Gilvan de Oliveira Azevedo

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues

Roberto Procópio de Lima Netto

## **Conselho**

### **Presidente**

Marcos Pereira Vianna

### **Conselheiros**

Arnaldo Rodrigues Barbalho

Casimiro Antonio Ribeiro

Hélio Marcos Penna Beltrão

Heraldo Alves Costa

José Carlos Soares Freire

Karlos Heinz Richbieter

Marcílio Marques Moreira

Maurício Schulman

Paulo Vieira Belotti

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

## **Conselho Fiscal**

### **Membros Efetivos**

Carlos Messias Barbosa

Hésia Martinez Edde

Nelcy Carlos Louro Pereira

### **Suplentes**

Cícero Virgílio Cordeiro

Joaquim Oswaldo Rodrigues de Souza

José Carlos Pereira de Souza Sobrinho



# sumário

1. Apresentação
2. O desenvolvimento brasileiro e a ação do BNDE
3. Desempenho em 1974
4. Programa de ação para 1975
5. Balanço Geral
6. Apêndice estatístico

Um dos grandes projetos financiados pelo BNDE permitirá a substituição das importações de aço inoxidável e a incorporação de tecnologia avançada, sem o pagamento de royalties ao exterior.







# **1. Apresentação**



Registrando novos recordes de mobilização e aplicação de recursos de interesse direto para a realização de projetos prioritários ao desenvolvimento da economia nacional em termos setoriais, regionais e globais, o **Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE)**, em 1974, aprovou um volume de operações que atingiu os expressivos montantes de 20,3 bilhões de cruzeiros e 354 milhões de dólares, respectivamente nas diversas modalidades de colaboração em moeda nacional e de prestação de aval em moedas estrangeiras. Tais valores emprestam novas dimensões à ação financiadora do BNDE, colocando-o em posição destacada entre as maiores agências internacionais e estrangeiras de estímulo ao desenvolvimento econômico.

O quadro de transformações registradas no processo de expansão da economia brasileira implica em novas e relevantes responsabilidades confiadas ao BNDE, exigindo a adequação de seus instrumentos de ação para atuar de forma mais flexível e decidida como promotor dos empreendimentos exigidos pela atual etapa do desenvolvimento do País. A instituição de três subsidiárias – FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA – e a vitalização das atividades da FINAME, o revigoramento de programas na área de atendimento específico à pequena e média empresa, a exemplo da atuação do CEBRAE, da reformulação e agilização do sistema de repasses através do novo Programa de Operações Conjuntas (POC) e do mecanismo de Repasses-Programas específicos, são, entre outros, elementos de avaliação dos rumos da presente atuação do Banco como principal agência de desenvolvimento do Governo Federal.

Os resultados alcançados em 1974 foram possíveis pela integração dos objetivos e a maior eficiência dos agentes financeiros integrantes da rede de bancos de desenvolvimento, ao lado de estreita e proveitosa cooperação efetivada com outras áreas do Governo, em programas e projetos específicos.

Os maiores recursos confiados à administração do Banco, particularmente os oriundos dos Programas PASEP e PIS, fortaleceram, por sua vez, a capacidade de investir da Entidade, ao mesmo tempo demonstrando a plena viabilidade do mecanismo de repasses como importante elemento de eficiente participação governamental em benefício de iniciativas de responsabilidade do setor privado.

Por último, é válido acentuar a importância da atuação do Banco em termos de se ajustar, com a devida flexibilidade, a programas e projetos de interesse para a economia do País. O acervo de trabalho e a experiência das equipes técnicas do BNDE e de toda a rede de bancos de desenvolvimento facilitaram esse posicionamento, indispensável no que respeita à criatividade e compreensão quanto à necessidade de atualização imposta pela conjuntura internacional e pelos simultâneos efeitos advindos das dificuldades de ajustamento da economia interna, nos dois casos trazendo maior exigência de interferir, com oportunidade e eficiência, em setores fundamentais para o desenvolvimento do País.

**Marcos Pereira Vianna**  
Presidente

O apoio maciço à indústria petroquímica foi uma das características das atividades do BNDE, em 1974. A COPENE-Petroquímica do Nordeste recebeu financiamento de Cr\$ 800 milhões para a implantação da Central de Matérias-Primas e aquisição de equipamentos.







## **2. O desenvolvimento brasileiro e a ação do BNDE**



Sob diversos aspectos, 1974 foi um ano atípico no que se refere ao crescimento econômico do País. Caracterizou-se pelas novas linhas de prioridades estabelecidas pelo Governo Federal, em consequência da repercussão, sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, de importantes modificações, sejam repentinas ou de longa gestação, que passaram a ocorrer nas estruturas do sistema econômico mundial e das *relações do Brasil com outros países*.

As modificações estruturais dividem-se em dois grandes grupos: as de origem externa, provocadas por alterações súbitas e crescentes dos preços de várias matérias-primas não renováveis e de produtos industrializados, intercambiados no mercado mundial e importados pelo Brasil; as de origem interna, decorrentes não só da natureza do modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado num esforço de substituição de importações, como também dos elevados índices de crescimento da economia nacional.

O exame mais detalhado, feito a seguir, dos problemas crescentes do desenvolvimento econômico brasileiro, particularmente aqueles identificados em 1974, realça a preocupação e o esforço do BNDE – como órgão líder da rede nacional de bancos de desenvolvimento e principal instrumento de ação de que se serve o Governo Federal na consecução de seus objetivos desenvolvimentistas – no sentido de promover sua atuação em consonância com a redefinição da política econômica.

No que diz respeito aos **fatores externos**, indubitavelmente 1974 representou, para as economias pertencentes ao sistema capitalista de produção, um ano-chave: o da crise das matérias-primas não renováveis. O elemento que a desencadeou – com suas subseqüentes repercussões no balanço de pagamentos de países industrializados e do Terceiro Mundo e sobre a inflação que vem afetando o sistema financeiro internacional – foi a decisão dos países produtores de petróleo de aumentar, súbita e expressivamente, o preço do óleo bruto, cujo valor médio unitário, da ordem de US\$ 3,86 por barril no decorrer de 1973, elevou-se para US\$ 12,44 ao final de 1974. Esta elevação refletiu-se em uma alta generalizada nos preços de outros insumos básicos ainda escassos para o Brasil – como os produtos químicos e petroquímicos, os fertilizantes, o carvão, os produtos siderúrgicos, o cobre, a celulose e outros – afetando conseqüentemente as condições de abastecimento dessas mercadorias ao mercado nacional, em continuado processo de expansão, ao mesmo tempo que acrescia substancialmente os dispêndios totais com as importações para o montante recorde de US\$ 12,5 bilhões, ou seja, mais do dobro dos gastos verificados em 1973.

Embora se colocando numa posição intermediária entre os países que dependem das importações de petróleo em níveis relativamente moderados ou excessivos – visto que, presentemente, em termos globais de consumo energético, já produzimos internamente parcela apreciável das fontes de geração de energia – o Brasil, em 1974, despendeu com a compra de petróleo bruto e de seus derivados, volume de divisas que representou pesado ônus nos gastos globais de importação.

Tal incremento, por si só, identifica-se como importante fator de desequilíbrio do balanço de pagamentos do País, crescendo de significado quando se leva em conta, de outra parte, que as importações de máquinas, equipamentos e componentes também se ampliaram rapidamente nos últimos anos, como reflexo direto da extroversão da economia nesse setor e do contínuo crescimento e diversificação do parque industrial nacional, exigindo aplicações elevadas de divisas na aquisição desses bens de produção.

A situação acima configurada adquire importância fundamental quando se considera que, a despeito dos avanços verificados nos últimos anos, o montante geral das exportações brasileiras atingiu, em 1974, o valor de apenas quase US\$ 8,0 bilhões – contra US\$ 6,2 bilhões em 1973 – do que resultou um deficit da ordem de US\$ 4,5 bilhões na balança comercial, com reflexos significativos no balanço de pagamentos.



Considerando esse quadro de dificuldades e atento ao objetivo maior de assegurar a continuidade do intenso processo de desenvolvimento nacional, o Governo Federal, em 1974, elaborou o II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, que redefine as prioridades e as metas de desenvolvimento sócioeconômico do País, levando em conta as mutações ocorridas no quadro internacional e suas repercussões diretas e indiretas sobre a situação econômica brasileira.

A análise da pauta de importações brasileiras ressalta que, além do petróleo, os gastos mais expressivos realizados no exterior podem ser agrupados, basicamente, em dois grandes itens: os insumos básicos e os bens de capital. Ora, o modelo de crescimento acelerado da economia brasileira, definido como o de **"adensamento e diversificação das trocas inter-industriais"**, e tendo por objetivos a integração **vertical** dos diversos setores do ramo das manufaturas e a integração horizontal inter-setorial no secundário, exigirá um crescente esforço de produção daqueles insumos e de bens de capital.

Os insumos básicos – abrangendo, além de outros, os minerais e minérios, os produtos siderúrgicos, os fundidos e forjados pesados, os produtos metalúrgicos não-ferrosos, os produtos químicos e petroquímicos, os fertilizantes, a celulose e o papel, o cimento – representam bens essenciais em termos de estratégia de desenvolvimento econômico, porque de sua produção em escala suficiente decorrem os seguintes efeitos principais:

- atendimento da demanda interna de produtos básicos de larga utilização nos demais setores da economia e cuja escassez pode gerar estrangulamentos de graves conseqüências para a continuidade do processo de desenvolvimento;
  - efeitos multiplicadores na medida em que a oferta abundante de insumos de ampla utilização gera grande número de oportunidades de novos investimentos, baseados na sua transformação. Iguais efeitos também devem ser considerados pela importância que podem ter sobre a indústria nacional de equipamentos e no aproveitamento de recursos naturais disponíveis;
  - efeitos catalisadores importantes no processo de geração de renda e acumulação de capitais, decorrentes das grandes dimensões desses empreendimentos básicos e da rentabilidade média das empresas.
- Por outro lado, historicamente, o processo nacional de industrialização foi fortemente estimulado, em seu período inicial, pelo processo de substituição das importações de bens de consumo e, posteriormente, de bens intermediários, o que permitiu, da década de 50 para cá, considerável economia de divisas e significativas modificações estruturais na parte das importações.

Desde então, a ampliação da base industrial brasileira tem criado um mercado interno crescente e uma demanda cada vez mais intensa no que se refere aos bens de equipamento e de capital, ressentindo-se a economia da ausência de uma oferta interna adequada nesse setor vital.

Nessas condições, a complementação do processo de industrialização – através da integração vertical do parque industrial e a eliminação ou atenuação de um desequilíbrio flagrantemente marcado pela deficiência dos segmentos "pesados" da indústria de equipamentos – passa a constituir um objetivo fundamental para a continuidade do desenvolvimento do País.

Portanto, a necessidade premente de ampliar e desenvolver a produção de equipamentos básicos, mediante a redinamização do processo de substituição de importações nesta nova faixa, tornando-a apta a suprir o mercado nacional com bens de capital tecnologicamente complexos, passou a representar fator determinante da prioridade conferida ao setor pelo BNDE.





Ao apoiar projeto para a produção de fibras sintéticas na Bahia, o BNDE não só contribui para a contenção das importações, mas também para a correção dos desequilíbrios regionais.

Este caminho exige, obrigatoriamente, o domínio de uma tecnologia especializada e, até o presente, em grande parte importada, compreendendo engenharia de produto, de projeto e de processo, e de técnicas específicas de fabricação de equipamentos modernos – máquinas para fabricar máquinas e máquinas para fabricar produtos acabados – em crescente demanda por um setor industrial em maturação rápida e constante, como o brasileiro. A substituição de tecnologia, ou seja, a fabricação nacional de equipamentos básicos incorporando novas técnicas, permite, igualmente, a futura exportação desses bens, uma vez suprida a demanda nacional.

Além disso, importa ressaltar que o setor industrial “pesado”, produtor de bens de equipamento, é dos que oferecem melhores oportunidades para mobilização de poupanças e realização de investimentos, tornando-se, assim, um polo de liderança tanto no que se refere à expansão da renda como à acumulação de capitais.

Considerando o novo quadro geral de prioridades para a alocação dos recursos sob sua administração, o BNDE, em 1974, em consonância com os objetivos da política econômica do Governo, atuou decisivamente voltado para a finalidade precípua de acelerar a substituição de importações de insumos básicos e de equipamentos, máquinas e componentes. Para tanto, em coerência com os programas estabelecidos no 1.º PLANO QUINQUENAL DE AÇÃO DO BNDE (1974-1978), que contemplam os setores mencionados, foram criadas duas empresas específicas subsidiárias do Banco – a EMBRAMEC – Mecânica Brasileira S/A. e a FIBASE – Insumos Básicos S/A., Financiamento e



Participação –, que se constituem em instrumentos suplementares de apoio à empresa nacional em seu esforço de substituição de importações.

Ambas as empresas objetivam apoiar os empreendimentos liderados pelo setor privado em que se fizer necessário o aporte de maior volume de capital de risco, para que se formem níveis adequados de produção interna de insumos básicos e de bens de capital.

Assim, a FIBASE aplicará recursos visando ao aumento da capacidade produtiva nacional de fertilizantes, metais não ferrosos, papel e celulose e produtos de química orgânica e inorgânica, além de outros, enquanto que a EMBRAMEC selecionou três áreas para o desenvolvimento de sua ação estimuladora: **projetos básicos**, compreendendo a produção de equipamentos para siderurgia, transporte pesado, mineração, etc;

**projetos especiais**, incluindo desde os bens destinados à exportação até os de desenvolvimento de engenharia básica de processos e produtos;

e **demais projetos**, como os de indústrias gráficas, de alimentação e outros.

Complementando as observações destacadas anteriormente, caberia salientar alguns aspectos pertinentes às relações intrínsecas que unem desenvolvimento tecnológico e indústrias de bens de capital. Já que a introdução de novas técnicas no sistema produtivo se dá através da produção de bens que incorporam estes conhecimentos, é a indústria de bens de capital que enseja a existência concreta do progresso tecnológico, incorporada a novos produtos pela dinamização das atividades de "engineering". Com efeito, sem a etapa obrigatória de "engineering", as atividades de pesquisa fundamental e de desenvolvimento permanecem enclausuradas na esfera científica, sem aplicação prática. E, na falta de uma indústria dinâmica de bens de capital, restringem-se as possibilidades de serem especificados os bens que devem ser produzidos de acordo com as necessidades locais, ao passo que, quando estes são importados, reduz-se drasticamente a possibilidade de diálogo entre usuários e fabricantes de equipamentos.

A indústria de equipamentos não só atua na incorporação do progresso técnico mas também é elemento imprescindível para sua difusão, graças à posição estratégica que usufrui através de suas ligações funcionais com o resto do sistema econômico. Sendo a fornecedora de meios de produção às demais indústrias e a outros setores da economia, ela recolhe as solicitações de inovação em seus produtos, provenientes de todas essas fontes e, ao incorporar o progresso tecnológico em seus produtos, ela o difunde por todos os seus compradores.

Levando-se em conta que a taxa de crescimento de um sistema industrial é, em grande parte, condicionada pela capacidade do setor de bens de capital de fornecer os equipamentos necessários ao aumento da produção, e fazendo-se abstração das relações com o exterior, a possibilidade física de expansão do sistema é viável, apenas, a partir do instante em que a capacidade produtiva da indústria de bens de capital é superior às necessidades de reposição do setor secundário.

Igualmente, convém ressaltar que a indústria de bens de capital confere ao espaço econômico nacional um maior controle sobre seus meios produtivos, permitindo a continuidade do processo de acumulação com relativa independência dos ciclos econômicos e de eventuais decisões políticas externas.

O desenvolvimento na área crítica de recursos humanos especializados e capazes de impulsionar a capacitação tecnológica das empresas nacionais constitui, há dez anos, um dos principais objetivos do BNDE, através das atividades exercidas, desde 1964, no âmbito do FUNTEC – Programa de Desenvolvimento Tecnológico. Esse programa destinou-se, inicialmente, ao apoio à formação de pessoal qualificado, atuando principalmente junto às universidades, através de cursos de graduação e pós-graduação. O ano de 1974 assinalou, entretanto, uma evolução qualitativa da ação do



Banco na área da tecnologia, já que foi aprovado o novo Regulamento do FUNTEC, ampliando decisivamente a faixa de atuação desse instrumento de política econômica, ao estabelecer um plano de ação visando à criação, adaptação e assimilação da tecnologia, por meio de incentivos às empresas e ao intercâmbio entre estas e as universidades e institutos de pesquisa, para que se promovam atividades que tenham por finalidade o desenvolvimento científico e tecnológico, o aperfeiçoamento e a transferência de técnicas, processos e produtos e a absorção e utilização do processo tecnológico pela economia nacional.

No que se relaciona com os **fatores internos** consequentes das modificações estruturais da economia brasileira, torna-se conveniente lembrar que o processo de industrialização começou a tomar expressão a partir dos anos 30. A transição de uma economia periférica, exportadora de matéria-prima agrícola, e por isso extremamente sensível às flutuações do mercado mundial, principalmente do café, para uma industrializada, com menores níveis de dependência externa, fazia-se necessária e altamente prioritária. O Brasil encontrou no processo de industrialização acelerado e contínuo uma solução, dentro de suas fronteiras, para a expansão de seu mercado e para o desenvolvimento de sua economia. Esse processo traduziu-se na produção local de vários tipos de bens anteriormente importados, tomando impulso considerável com a Segunda Guerra Mundial. Sem dúvida, a característica primordial desse modelo foi a de ter sido induzido pela quase impossibilidade de o País vir a se abastecer maciçamente com produtos manufaturados estrangeiros. A partir do momento em que o processo de industrialização toma ímpeto e se apresenta como opção viável para servir de mola propulsora ao desenvolvimento sócio econômico brasileiro, o Governo não mais deixou de impulsioná-lo, graças a uma política flexível de "divisão de tarefas" entre o setor público – que se encarregou de implantar e desenvolver a infra-estrutura necessária e a criar as indústrias industrializantes – e o setor privado, que se incumbiu de expandir e diversificar o parque industrial brasileiro. O incentivo governamental a este setor desenvolveu-se por meio de variadas medidas de proteção do mercado interno e de apoio e financiamento às atividades produtivas.

Na década de 50, o setor agrícola, anteriormente o mais dinâmico da economia brasileira, cresceu em 54%, enquanto o manufatureiro atingiu 135% de crescimento.

No início da década de 60, todavia, tornou-se evidente que o esforço maciço de substituição de importações de bens de consumo duráveis, por si só, não era suficiente para a manutenção de altas taxas de crescimento do PIB, observadas no período anterior. Fazia-se necessária a adoção de medidas paralelas e flexíveis tendo em vista assegurar:

- a expansão do mercado consumidor interno, através da política creditícia;
- a contenção da espiral inflacionária, através da política monetária;
- o fortalecimento do sistema financeiro nacional, através da política fiscal.

Até que essas medidas de política econômica fossem devidamente implementadas e surtiram efeitos positivos e reais, o PIB, entre 1962 e 1965, cresceu tão somente 3,1% ao ano, enquanto que em 1961 a taxa registrada havia sido de 10,3%. A inflação atingiu níveis recordes – 91,9% em 1964 – e a própria indústria, setor dinâmico da economia, teve crescimento menos intenso.

A retomada do processo acelerado de desenvolvimento fez-se notar, de modo mais atuante, a partir de 1965, com medidas de eliminação dos deficits no balanço de pagamento e de redinamização do setor secundário. A expansão do consumo de bens duráveis foi atendida com a instalação de novas indústrias e a utilização intensiva da capacidade produtiva instalada na década anterior.

O lúcido equacionamento dos problemas da economia e a pronta ação no sentido de resolvê-los levou a que nos anos posteriores, e sobretudo a



partir de 1968, o setor secundário crescesse de forma explosiva, com reflexos sumamente favoráveis no processo geral de desenvolvimento. A criação de novos parques industriais, associada à elevação da renda per capita, permitiu a obtenção de altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, que, nesse período, alcançaram valores acima de 10% ao ano. Fato de suma importância para a economia nacional foi a abertura externa observada nesse período. Se, em 1968, foram exportados US\$ 380 milhões em produtos industrializados, em 1974 tais exportações atingiram US\$ 2.963 milhões, permitindo-se, com isso, que o Brasil ingressasse definitiva e seguramente no rol dos países exportadores de bens industrializados.

O crescimento acelerado do setor secundário durante as três décadas trouxe benefícios tangíveis e evidentes para a Nação, mas colocou em particular evidência uma série de desbalanceamentos estruturais que, se não tivessem sido identificados e/ou equacionados mais cedo, tenderiam a provocar futuros estrangulamentos no desenvolvimento sócioeconômico do País.

A redefinição da política econômica promovida pelo Governo, em 1974, traduziu-se, ao nível do BNDE, na fixação de linhas de atuação que possam acelerar a construção de uma sociedade aberta, moderna e desenvolvida e no aperfeiçoamento de seus mecanismos de apoio econômico.

A necessidade de uma elevada taxa de formação bruta de capital fixo decorre da compreensão de que o desenvolvimento é função da capacidade de poupar e de investir em atividades produtivas o excedente

O Programa de Centrais de Abastecimento do BNDE manteve um desempenho excelente durante o ano de 1974, oferecendo a diversos Estados recursos para aplicações de profundo alcance social.





gerado pelas atividades econômicas. Por outro lado, é imperioso criar maiores oportunidades de trabalho para a população ativa a fim de se expandir o mercado interno consumidor de bens gerados pelo campo e a indústria, de modo a assegurar elevadas taxas de crescimento da economia.

Considerando a relevância do papel representado pelo BNDE, como principal organismo de fomento às atividades econômicas, o Governo reforçou a capacidade de investir da Instituição, canalizando para ela, em 1974, os recursos provindos do PIS e do PASEP.

Cabe aqui destacar a importância da utilização, pelo BNDE, das poupanças advindas desses dois Programas. Para o Banco, a aplicação desses recursos representa o aumento da participação de seus investimentos na formação bruta de capital fixo em nível superior a 12% já em 1978.

Por outro lado, essa transferência de recursos ressalta as alterações havidas na política econômica, dando ênfase aos setores industriais de base, e não mais aos produtores de bens de consumo duráveis, nos quais eram aplicados recursos do PIS e do PASEP.

Convém notar, igualmente, que para o BNDE, desenvolvimento também se traduz em:

- fortalecimento da empresa privada nacional, força motriz do rápido processo de industrialização;
- apoio às pequenas e médias empresas;
- fortalecimento da rede nacional de bancos de desenvolvimento, aliado ao aperfeiçoamento de seus quadros de técnicos.

Nesse contexto, foram criados, em 1974, dois novos programas de aplicações no BNDE: o Programa de Operações Conjuntas (POC) e os Repasses-Programa. Este visa a apoiar, mediante linhas de crédito abertas aos bancos de desenvolvimento, a expansão da capacidade produtiva, a dinamização de atividades econômicas selecionadas de acordo com suas localizações e o fortalecimento das empresas efetivamente nacionais que necessitem do auxílio dos bancos locais de fomento. O Programa de Operações Conjuntas objetiva, basicamente, o aumento da produção e/ou produtividade de empresas médias e pequenas que, devido à sua dimensão, não se incluam nos demais programas do BNDE.

A debilidade de capital próprio vinha expondo as empresas privadas nacionais, na busca de recursos não exigíveis, ao risco de se associarem a capitais externos, perdendo para estes, eventualmente, o controle acionário.

Na certeza de que o desenvolvimento contínuo e autônomo do País exige a participação de empresas privadas brasileiras, o BNDE criou, em 1974, uma subsidiária - a IBRASA - Investimentos Brasileiros S/A - que tem por objetivo carrear recursos para a capitalização da empresa privada nacional, notadamente indústrias que se destaquem pela sua importância setorial ou regional, estimulando, concomitantemente, a democratização do capital e o fortalecimento do mercado de capitais.

A IBRASA, assim como a EMBRAMEC e a FIBASE, tem sua linha de ação orientada no sentido de participar minoritariamente do capital de risco das empresas, podendo também praticar a tomada de debêntures em ações, bem como prestar garantias de subscrição.

Considerou-se, também, de primordial importância, expandir as atribuições e responsabilidades diretas dos bancos regionais e estaduais de desenvolvimento na formulação de planos específicos que atendam às necessidades de financiamento de projetos regionais geradores de progresso, já que esses agentes do BNDE estão mais diretamente ligados à problemática do desenvolvimento sócio econômico das áreas onde atuam.

Com tais propósitos, convém ressaltar, de igual modo, a relevância assumida, em 1974, pelo CEBRAE - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, criado pelo BNDE em 1972.

Essa sociedade, sem fins lucrativos, objetiva facilitar ao empresário o acesso ao crédito, proporcionando-lhe a utilização de modernas técnicas e



de meios para a obtenção de melhores índices de aproveitamento dos recursos humanos. Para alcançar seus objetivos, o CEBRAE utiliza como instrumentos de atuação a Assistência Técnica, Gerencial e Credíticia, o Treinamento e a Pesquisa.

O crescimento econômico, ou seja, a progressão contínua e cumulativa das variáveis quantificáveis, não é, todavia, sinônimo de desenvolvimento.

De fato, esse segundo conceito é bem mais amplo e abrangente e dele se diferencia pela especificidade particular de referir-se sobretudo à componente social. A interação dos dois fenômenos é evidente: não há desenvolvimento de uma sociedade, no sentido amplo do termo, sem crescimento paralelo das atividades produtivas, do mercado interno e do nível de poupança de seus cidadãos.

O desenvolvimento envolve modificações na estrutura social de forma a que os recursos humanos tornem-se aptos a gerir e administrar o processo de crescimento econômico nacional, que é o de construir uma sociedade aberta, moderna e desenvolvida no Brasil, em prol e em benefício da população que a compõe.

Em sintonia com os objetivos do Governo de acelerar o processo de desenvolvimento social e melhorar a distribuição da riqueza, o BNDE considera prioritário estimular o crescimento da produção, a custos baixos, dos bens essenciais que formam o que se pode chamar de consumo de base, compreendendo alimentos, medicamentos e vestuário, já que os outros itens desse consumo essencial – serviços de saúde, saneamento, habitação e urbanização – contam com recursos específicos de outras entidades governamentais.

Nesse enfoque, adquirem particular realce os problemas referentes à concentração da renda, à qualidade da vida dos cidadãos e ao aperfeiçoamento dos recursos humanos no País. O II PND, em seu Capítulo VI, referente à Estratégia de Desenvolvimento Social, corrobora dizendo: "A verdade é que, de um lado, o crescimento pode não resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro lado, a evolução através do crescimento, apenas, pode demorar muito mais do que a consciência social admite, em termos de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem-estar de amplas camadas da população"

Dentro da linha de prioridades estabelecida no 1.º Plano Quinquenal de Ação do BNDE (1974-1978), criou-se o **Programa de Consumo Básico**, constituído de subprogramas que correspondem aos setores de produção e distribuição de alimentos e medicamentos. O subprograma "Alimentos" objetiva, primordialmente, a produção industrial de alimentos básicos de alto poder nutritivo e de baixo custo, orientada para o consumo das camadas de renda mais baixa. O subprograma "Medicamentos" visa à ampliação e à modernização industrial dos laboratórios da CEME – Central de Medicamentos e ao desenvolvimento de indústrias integradas químico-farmacêuticas genuinamente brasileiras. O terceiro subprograma, "Distribuição", tem por finalidade racionalizar as atividades comerciais de bens de consumo de base, para que sejam minimizados seus custos de comercialização.

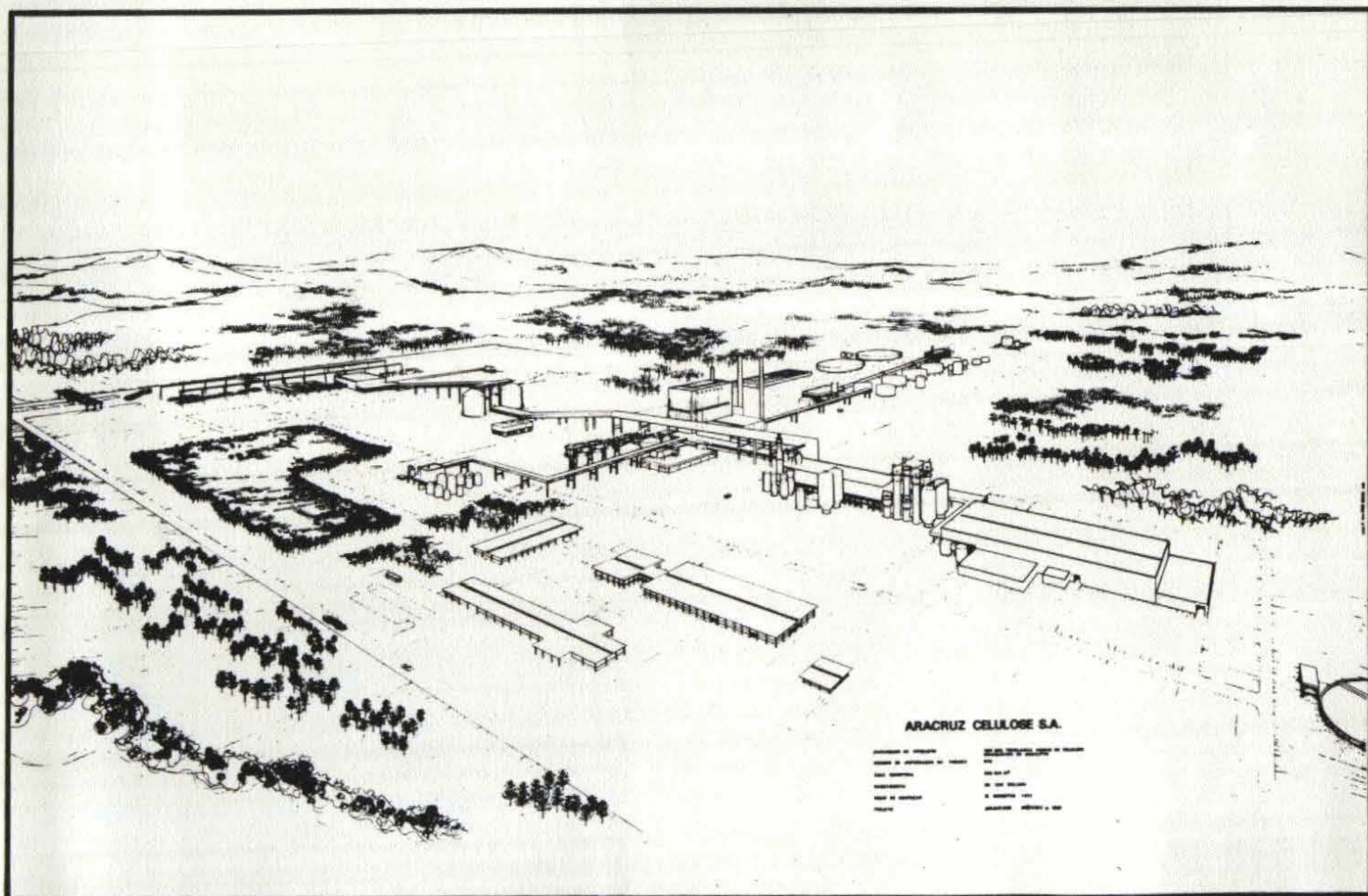
Além do Programa de Consumo Básico, cujos componentes sociais se referem sobretudo às preocupações com a distribuição da renda e à qualidade de vida da população brasileira, o BNDE, atento à questão essencial do aprimoramento cultural dos recursos humanos, também criou, em 1974, o Programa Especial de Apoio à Indústria Editorial, destinado a estimular a indústria editorial de livros e a difundir o hábito da leitura na população.

A análise mais detida do desempenho do BNDE no exercício de 1974, apresentada neste relatório, demonstra a preocupação e o esforço da Instituição no equacionamento dos problemas atualmente presentes na



economia brasileira, que demandam as soluções preconizadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Os deferimentos aprovados em 1974, relacionados nos anexos, são coerentes com os critérios fixados para a responsabilidade de promoção de desenvolvimento atribuída ao Banco. Por outro lado, o capítulo pertinente à programação estabelecida para 1975 corrobora o interesse de uma ampla utilização dos instrumentos disponíveis para intensificar e harmonizar os diferentes programas prioritários para o desenvolvimento brasileiro.

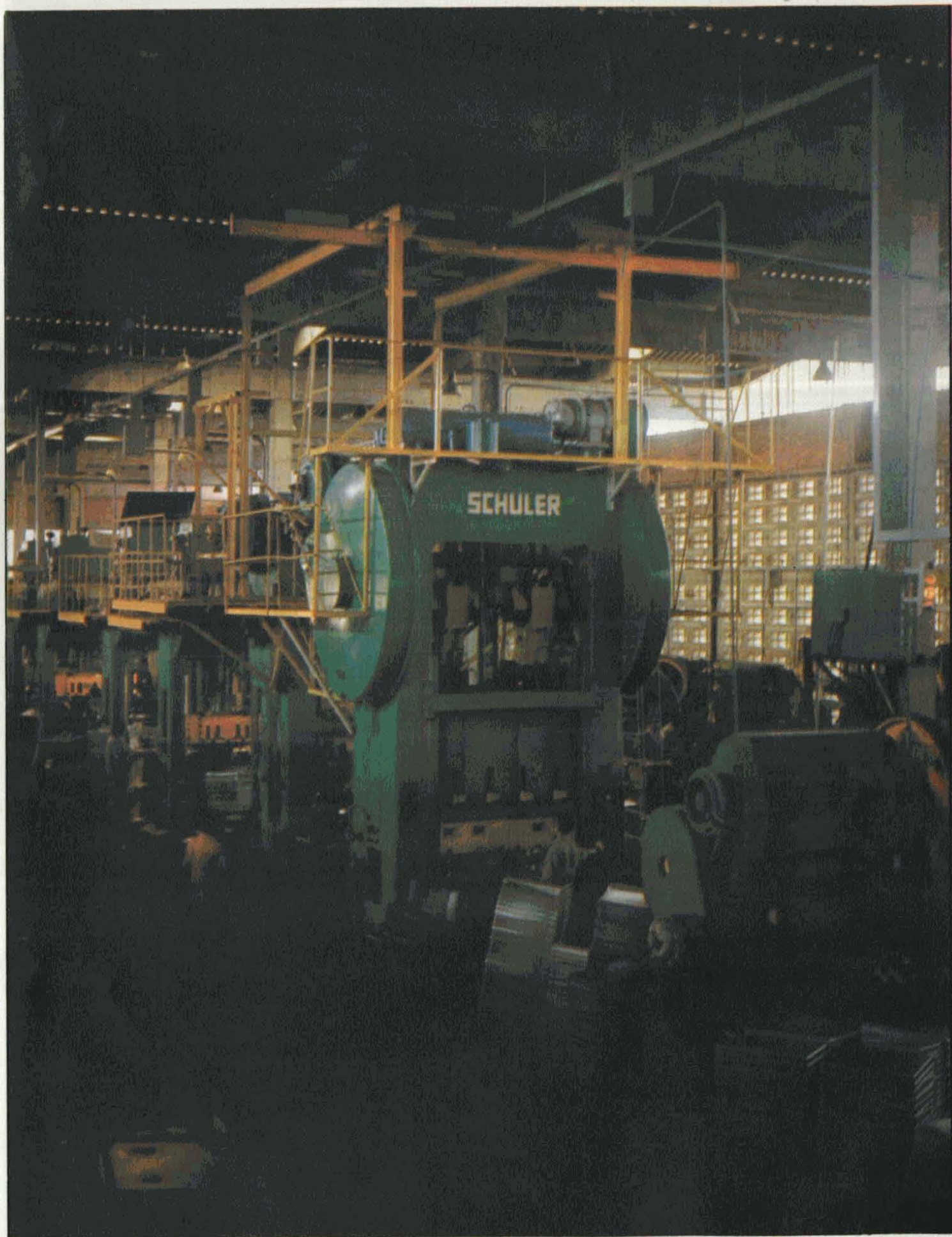
Na área do papel e celulose, para a qual o Brasil se volta com prioridade, o BNDE concedeu o maior financiamento de sua história a uma organização privada, operação que totalizou Cr\$ 900 milhões.





A correção dos desequilíbrios regionais, um dos objetivos gerais do BNDE, absorveu parte considerável dos recursos do Banco, especialmente no apoio à industrialização do Nordeste, onde ganhou impulso a produção de bens de consumo duráveis.







### **3. Desempenho em 1974**



Os resultados do desempenho do BNDE em 1974 assinalam êxitos da maior significação para a economia brasileira e demonstram que a Entidade correspondeu plenamente às novas responsabilidades a ela conferidas pelo Governo, na qualidade de principal instrumento de promoção acelerada do desenvolvimento nacional. Dentro do atual quadro econômico marcado pelas importantes transformações estruturais, referidas anteriormente, impostas pela profunda preocupação em adaptar a política de desenvolvimento brasileiro às grandes modificações que se verificam no âmbito internacional e interno, o desempenho do Banco teve como escopo fundamental assegurar a continuidade da sua participação com vistas ao maior progresso sócio-econômico do País.

No tocante ao aspecto quantitativo, as dimensões da demanda de recursos administrados pelo Banco, aliadas à ampliação do montante desses recursos e à agilização dos mecanismos operacionais da Entidade, possibilitaram que fossem registradas marcas altamente expressivas na ação financiadora exercida.

Assim, o volume geral de deferimentos em 1974 alcançou o total de 10.769 operações em moeda nacional, somando a cifra recorde de Cr\$ 20,3 bilhões, sendo Cr\$ 16,9 bilhões referentes a financiamentos aprovados diretamente pelo Banco e Cr\$ 3,4 bilhões relativos à área de atuação específica da FINAME. Comparativamente aos totais do ano anterior, assinalou-se um crescimento nominal de 171%, ou de 111% em termos reais, para o valor global das operações autorizadas em 1974, registrando-se um incremento nominal de 205% relativamente à ação financiadora direta do BNDE e de 75% quanto à da FINAME.

Considerando-se que a participação do Banco equivale, em média, a 50% do volume de investimentos aplicados em cada empreendimento beneficiado pela sua colaboração financeira, tem-se, portanto, que o resultado geral do desempenho da Entidade terá correspondido à geração de um somatório de novos investimentos da ordem de mais de Cr\$ 40 bilhões, contemplando setores fundamentais para a continuidade do desenvolvimento do País.

Por sua vez, pondo de lado a estatística de deferimentos e considerando exclusivamente os dados relativos aos desembolsos efetivamente realizados, verifica-se, por igual, que os recursos desembolsados pelo Banco em 1974 alcançaram montante de vulto, ou seja, Cr\$ 10,6 bilhões, contra o total de Cr\$ 4,5 bilhões no ano anterior.

Além disso, acresce salientar que o BNDE também aprovou no último exercício o total de 27 operações de prestação de garantias em moedas estrangeiras, somando cifra equivalente a US\$ 354,5 milhões e correspondendo a valor praticamente igual ao montante geral das operações de aval autorizadas em todo o período 1970/1973.

O quadro a seguir permite acompanhar o ritmo crescente do desempenho operacional do BNDE no último quinquênio:

Anos	Valor Total da Colaboração Aprovada		
	Em Moeda Nacional (Cr\$ mil)		Prestação de aval (equivalente em US\$ mil)
	A Preços Cor- rentes	A Preços de 1974	
1970	1.864.560	3.986.587	93.200
1971	3.217.590	5.721.455	98.831
1972	4.869.950	7.313.524	92.043
1973	7.508.078	9.661.845	65.166
1974	20.340.838	20.340.838	354.522



# **BNDE**

**BANCO NACIONAL  
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

## **EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS**

## **ENTIDADES VINCULADAS**

**FINAME**

**AGÊNCIA  
ESPECIAL  
DE  
FINANCIAMENTO  
INDUSTRIAL**

**EMBRAMEC**

**MECÂNICA  
BRASILEIRA S.A.**

**FIBASE**

**INSUMOS  
BÁSICOS S. A.  
FINANCIAMENTOS  
E PARTICIPAÇÕES**

**IBRASA**

**INVESTIMENTOS  
BRASILEIROS S.A.**

**CEBRAE**

**CENTRO  
BRASILEIRO  
DE ASSISTÊNCIA  
GERENCIAL  
À PEQUENA  
E MÉDIA  
EMPRESA**

## **AGENTES FINANCEIROS CREDENCIADOS**

**BANCOS DE  
DESENVOLVIMENTO**

**BANCOS DE  
INVESTIMENTOS**

**AGENTES CEBRAE**



## MODALIDADES DA AÇÃO FINANCIADORA

Objetivando a alcançar desempenho mais flexível e abrangente no tocante a maior volume de situações financiáveis, principalmente tendo em vista as transformações estruturais que caracterizam o atual estágio de desenvolvimento do País e em harmonia com as diretrizes das políticas setoriais e regionais consagradas no Plano Nacional de Desenvolvimento, as atividades do BNDE continuam se refletindo em uma preocupação constante no sentido de alargamento sistemático na diversificação de suas modalidades operacionais.

Essa diversificação foi marcante em 1974, com os aperfeiçoamentos e a agilização introduzidos em relação a modalidades tradicionais e, principalmente, através da criação de novos instrumentos de atuação, salientando-se as três novas subsidiárias especializadas – FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA – e o Programa de Operações Conjuntas – POC, destinado a apoiar as pequenas e médias empresas.

A IBRASA, a EMBRAMEC e a FIBASE têm suas linhas de atuação orientadas num sentido complementar, constituindo na verdade uma fórmula eficaz de estímulo à capitalização das empresas privadas nacionais.

Os aportes de capital por elas oferecidos, por mais vultosos que possam parecer em termos absolutos, representam sempre uma parcela minoritária do capital da organização beneficiada. Portanto, a posição que uma destas subsidiárias venha a assumir num empreendimento corresponde a uma nova tomada de posição do investidor particular numa proporção algumas vezes superior à da injeção de recurso público. Este tipo de correspondência evidencia bem a ação catalizadora das novas subsidiárias do BNDE, no sentido do efetivo fortalecimento do setor privado.

Outro aspecto que caracteriza esta preocupação é o fato de que a colaboração proporcionada pelas três subsidiárias do Banco assume sempre a forma de participação sem direito a voto.

A eficácia deste esquema decorre muito mais do tipo de ação desenvolvida do que do volume das operações, o que atesta bem o caráter ao mesmo tempo complementar e estimulante do mecanismo agora instituído.

Conforme relação constante do apêndice estatístico, em 1974 as operações deferidas pela FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA atingiram o valor total de Cr\$ 148,3 milhões, o que correspondeu a apenas 0,7% do montante geral de deferimentos do complexo BNDE-FINAME.

Tratando-se de entidades constituídas recentemente e, por isso mesmo, ainda em estágio de organização e adaptações de suas respectivas mecânicas operacionais, é natural que os resultados alcançados no desempenho das três novas subsidiárias do BNDE reflitam os efeitos dessa fase de efetiva constituição, com a aprovação das primeiras operações de caráter pioneiro e experimental, reservando-se para os próximos anos os valiosos benefícios que certamente advirão para a economia nacional do trabalho dessas empresas de assistência financeira especializada. As informações em seguida realçam aspectos principais relativos aos objetivos preconizados para a atuação das novas subsidiárias:

### **FIBASE – Insumos Básicos S/A Financiamentos e Participações**

Os reflexos na economia brasileira da atual crise de abastecimento de petróleo e outros insumos fundamentais vieram colocar em destaque o fato de que o levantamento das principais matérias-primas responsáveis pela manutenção do processo de crescimento e/ou pelo abastecimento de bens de emprego essencial evidencia que o Brasil ainda não dispõe de suprimento firme de matérias-primas e bens intermediários indispensáveis à sustentação de elevadas taxas de expansão econômica.

A alternativa de suprir tais necessidades pela via tradicional de importações revela-se extremamente difícil e, às vezes, até mesmo impossível. Releva de importância, portanto, a busca de novos mecanismos que possam garantir, a médio prazo, o suprimento de insumos básicos adequado à manutenção



do ritmo de desenvolvimento pretendido para o País. Com esse propósito, foi criada a FIBASE, cujo objetivo prioritário é o de apoiar empreendimentos liderados pelo setor privado e destinados a equacionar, no menor prazo possível, um nível suficiente de produção interna dos principais insumos básicos.

No desempenho de suas funções, cabe ainda à FIBASE a concepção de projetos fundamentais no ramo de insumos básicos e de bens intermediários críticos, que ainda não tenham sido equacionados pelo setor privado, transferindo-se, em seguida, a esse setor, posição majoritária no controle dos empreendimentos e reservando-se à FIBASE o papel de apenas fiscalizar e execução dos investimentos por ela incentivados.

Assim, de acordo com as diretrizes traçadas, a FIBASE aplicará recursos tendo em vista o desenvolvimento de projetos novos ou expansão de instalações existentes e/ou consolidação de empresas em operação, nos seguintes setores prioritários:

- fertilizantes: nitrogenados, fosfatados e potássicos e suas matérias-primas, a exemplo de amônia e uréia, rocha fosfatada e cloreto de potássio;
- metais não-ferrosos: alumínio, chumbo, cobre, magnésio, níquel, zinco;
- papel e celulose;
- produtos de química orgânica e inorgânica.

### **EMBRAMEC – Mecânica Brasileira S/A**

A necessidade de estimular a produção interna de tipos especiais de bens capital, com o conseqüente fortalecimento desse setor industrial e o surgimento de resultados expressivos na política de substituição de importações, deu origem à criação da EMBRAMEC, que funciona como núcleo operacional ativo destinado a dar condições para a implantação de um segmento produtor de bens de capital de grande porte, a ajudar a incorporação da massa crítica tecnológica necessária ao País, a ordenar a demanda de equipamentos das empresas do Governo e a auxiliar o empresário privado na busca de especialização mais conveniente à sua vocação. Dada a natureza da Empresa, é natural que os resultados efetivos de seu desempenho para a economia só serão sentidos em prazo mais longos, embora nos casos de complementação de investimentos os efeitos positivos possam ocorrer a prazo curto.

Conforme o programa de atividades estabelecido para a Empresa, foram selecionadas três áreas para o apoio da EMBRAMEC: projetos básicos, projetos especiais e demais projetos. O grupo de projetos básicos engloba os subsetores de máquinas-ferramentas; locomotivas elétricas ou diesel-elétricas; vagões; embarcações de carga; máquinas e equipamentos para mineração; equipamentos de construção de estradas e veículos especiais; equipamentos siderúrgicos e de metalurgia de não-ferrosos; máquinas têxteis; máquinas e equipamentos para indústrias químicas e petroquímicas, cimento, papel e celulose; compressores; máquinas e equipamentos para geração, transmissão e transformação de energia e para telecomunicações, além de peças, partes e componentes para todos estes subsetores.

No grupo de projetos especiais enquadram-se os de engenharia básica de processos e produtos; os de tecnologia sofisticada; os de equipamento contra poluição industrial e projetos de bens destinados à exportação. No terceiro grupo podem figurar, como exemplo, além de outros, projetos de indústrias gráficas e de alimentação.

Paralelamente foram desenvolvidos trabalhos no sentido de atrair fundos de investimentos, sociedades seguradoras, investidores institucionais e empresários de outras áreas, tendo em vista a mobilização de recursos aplicáveis nos setores amparados pela ação estimuladora da EMBRAMEC. De igual forma, procura-se estabelecer um entendimento permanente com os órgãos governamentais e as entidades das classes produtoras da área de bens de capital, visando a uma coordenação de esforços dentro das regras



fixadas pelo Governo com vistas a maximizar a parcela nacional das compras realizadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta. Nesse sentido, foi aprovada a elaboração de um catálogo promocional técnico, com atualização anual, capaz de servir de documento de consulta inicial dos compradores de equipamentos.

A aplicação de recursos da EMBRAMEC é feita através da participação no capital de risco das empresas beneficiárias, em proporção minoritária, ou de subscrição de debêntures conversíveis em ações, visando otimizar a estrutura de capital das empresas, bem como na compra de projetos de engenharia para posterior transferência ou na contratação de desenvolvimento de projetos de engenharia.

### **IBRASA – Investimentos Brasileiros S/A**

Para alcançar seus objetivos, a IBRASA realiza participações de natureza minoritária no capital de risco de empresas nacionais – assim entendidas aquelas cuja maioria das ações com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil – ou de empresas que, não sendo nacionais, passem a esta condição com a efetivação da operação.

As participações de capital da IBRASA podem ser através de ações ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto. A empresa pratica a tomada de debêntures conversíveis em ações, bem como presta garantia de subscrição.

Nos seus primeiros meses de atividades, a IBRASA aprovou 5 operações de subscrição de ações, vinculadas a importantes organizações industriais do País. Há, ainda, outras operações já aprovadas pela Diretoria, mas de contratação pendente, aguardando a fase de negociação final quanto ao acordo de acionistas ou do cumprimento de outras condições prévias para contratação.

De acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, a IBRASA vem buscando, sempre que possível, contar com a co-participação de bancos privados de investimento, liderando a oferta ao público dos lançamentos aprovados e ficando a Empresa como "stand by underwriting" de última instância financeira.

Outro aspecto ao qual a IBRASA tem dado ênfase especial nos "acordos de acionistas" é o relativo à manutenção da posição majoritária do acionista nacional, mediante a exigência do direito de primeira recusa na alienação, total ou parcial, das ações representativas do capital votante das empresas em que participa, prevenindo "take overs" lesivos ao interesse nacional, cuja frequência se constituiu num dos elementos inspiradores da criação desse mecanismo governamental, voltado essencialmente para o fortalecimento da empresa privada nacional.

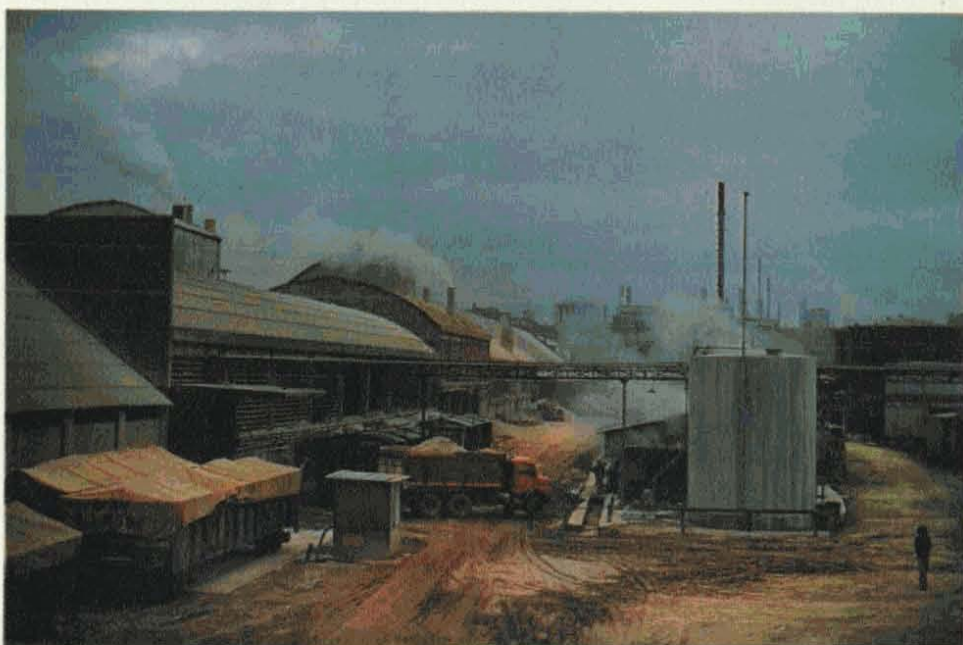
Com respeito ao desempenho específico do BNDE, cabe salientar que, visando a finalidade distintas, as modalidades exercitadas diretamente pela Entidade em 1974 desdobraram-se nas seguintes categorias:

– **Fundo do Reaparelhamento Econômico – FRE**, incluindo diferentes mecanismos como sejam: financiamentos convencionais; participação societária; repasses; Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização – PMRC; Programa Especial de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento – PEB e o Programa Especial de Apoio Financeiro à Indústria Básica do Nordeste – PIB-NE. Ainda no âmbito do FRE, desenvolveu-se a atividade do Banco na qualidade de Agente do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, do mesmo modo que foram aplicados recursos com destinação específica vinculados a Convênios firmados entre o BNDE e outros organismos especializados, como a CPRM, o BNH, o BACEN, a FINEP, a USAID, o BID e o Eximbank do Japão;

– **Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa – FIPEME;**

– **Programa de Operações Conjuntas – POC;**





Uma técnica revolucionária para o aproveitamento integral do sisal constitui o aspecto principal de um grande projeto de cultivo e produção de celulose implantado na Bahia com a colaboração do BNDE.



- **Fundo de Modernização e Reorganização Industrial – FMRI;**
- **Programa Especial para o Financiamento de Capital de Giro – PROGIRO;**

- **Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico – FUNTEC.**

O Banco atuou, também, como Agente do **Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais – FUMCAP**, enquanto que, de outra parte, foram dinamizadas as atividades afetas ao Programa CEBRAE, resultante de articulação entre o BNDE e outros organismos e a cargo do **Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa – CEBRAE**.

A ação fomentadora do BNDE ainda abrange as atividades desenvolvidas pela sua subsidiária Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, ao mesmo tempo que, criadas em 1974, as novas empresas subsidiárias – FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA – apenas iniciaram seu desempenho operacional, com acolhida plenamente favorável da parte do meio empresarial.

Finalmente, cabe referir que o Banco, em seu próprio nome ou como Agente do Tesouro Nacional, também concedeu sua colaboração sob a modalidade de prestação de garantia a operações realizadas fora do País e relacionadas com a importação de bens e serviços destinados a empreendimentos do setor público e da iniciativa privada.

O quadro permite comparar o volume das operações aprovadas pelo Sistema BNDE/FINAME no biênio 1973/1974, de acordo com as diversas modalidades básicas:

Programas	Número de Operações Aprovadas	
	1973	1974
<b>A – Moeda Nacional</b>		
FRE	139	196
FIPEME	28	13
POC	–	762
FMRI	32	53
PROGIRO	6	19
FUNTEC	99	22
Outros	2	3
<b>TOTAL-BNDE</b>	<b>306</b>	<b>1.068</b>
FINAME	10.019	9.749
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.325</b>	<b>10.817</b>
<b>B – Prestação de Aval</b>	<b>11</b>	<b>27</b>

Os aspectos relevantes do desempenho referente a cada modalidade básica podem ser sintetizados da forma a seguir:

#### **Fundo do Reaparelhamento Econômico – FRE**

Compreendendo várias categorias de colaboração e de objetivos, especialmente no tocante à consecução de empreendimentos vitais que demandem recursos de monta, as operações do FRE em 1974 atingiram a cifra recorde de Cr\$ 13.299 milhões, correspondente a um incremento nominal de 242% sobre os Cr\$ 3.883 milhões registrados em 1973.

O conjunto das operações aprovadas dentro dos esquemas do FRE permitiu elevar a sua posição majoritária no global da ação financiadora do Banco, isto é, com uma participação de 65% do total, contra 52% em 1973.

Sob o enfoque de distribuição setorial, os recursos aprovados à conta do FRE destinaram-se em 69% ao Setor de Indústrias de Transformação e em 25% aos Serviços de Utilidade Pública, cabendo os restantes 6% à



participação dos demais setores beneficiados. Do ponto de vista de estruturação geográfica, 56% dos recursos foram canalizados para empreendimentos situados na Região Sudeste, seguindo-se o Nordeste com 16% e o Sul com 13%, destinando-se os 15% restantes às demais regiões e a projetos de interesse inter-regional.

A colaboração sob as formas de **financiamentos convencionais, participação societária e repasses** constituem modalidades tradicionais de assistência financeira oferecida por intermédio do FRE, alcançando, em 1974, a participação de 85,2% do montante deferido no âmbito do FRE.

Objetivando a dinamização e o fortalecimento da ação fomentadora da rede de bancos de desenvolvimento, com a finalidade de atender aos reclamos do desenvolvimento regional, os mecanismos dos **repasses** específicos e do **PEB** contemplaram recursos totais de Cr\$ 723,6 e Cr\$ 69,6 milhões, respectivamente, enquanto que na área do **PIB-NE** registrou-se um aumento de 44% no volume de recursos canalizados para empreendimentos vitais localizados no Nordeste brasileiro, aprovando-se, igualmente, o total de Cr\$ 29,7 milhões à conta do PROTERRA.

No campo do **PMRC** foram deferidas 3 operações, somando Cr\$ 29,6 milhões, esperando-se que as novas diretrizes de ação quanto aos objetivos de modernização da comercialização venham a implementar a demanda de recursos do Banco nessa área básica.

Finalmente, ainda no contexto do FRE, foram realizadas diversas operações para a alocação de recursos especiais mobilizados através de convênios celebrados entre o BNDE e outros organismos financiadores, nacionais e estrangeiros. Tais fundos tiveram destinação específica, a saber: **Convênio BNDE/CPRM**, para a realização de trabalhos de mineração e pesquisa mineralógica pela CVRD/DOCEGEO e empresas localizadas em Minas Gerais, Paraná, Bahia, Paraíba e Pará; **Convênio BNDE/BNH** beneficiando projetos no setor de materiais de construção (cimento e outros) e projetos de turismo; **Convênio BNDE/BACEN** para a transferência de recursos à SIDERBRÁS e à COBAL (Centrais de Abastecimento); **Convênio BNDE/FINEP** para financiamento à RFFSA, destinado à elaboração de diversos estudos e projetos de engenharia no setor ferroviário; **Convênio BNDE/USAID** contemplando recursos para a instalação das Centrais de Abastecimento do Amazonas, Pará e Ceará, empreendimentos rodoviários no Maranhão e Bahia e, ainda, projetos industriais no Nordeste; e finalmente o **Convênio BNDE/EXIMBANK do Japão**, com destinação de recursos a projetos industriais.

Modalidades	Colaboração Aprovada à Conta do FRE (em Cr\$ milhões)	
	1973	1974
Financiamento Convencional	2.486,4	10.488,3
Participação Societária	14,5	117,5
Repasses Específicos	408,2	723,6
PMRC	60,5	29,6
PEB	295,5	69,6
PIB-NE	340,5	489,1
PROTERRA	37,0	29,7
PROVALE	15,0	-
Convênio BNDE/CPRM	8,0	8,0
Convênio BNDE/BNH	83,9	400,0
Convênio BNDE/FINEP	-	89,5
Convênio BNDE/BACEN	30,0	615,0
Convênio BNDE/USAID	103,8	53,0
Convênio BNDE/BID	-	116,2
Convênio BNDE/EXIMBANK Japão <sup>(1)</sup>	-	69,9
<b>TOTAL</b>	<b>3.883,3</b>	<b>13.299,0</b>

(1) Exclue operação de Cr\$ 26,7 milhões referente ao Convênio realizado através do Programa PIB-NE



## **Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa – FIPEME**

Depois de haver cumprido importante papel no desenvolvimento do parque nacional de pequenas e médias empresas industriais, o Programa FIPEME, criado em 1965, deixou de representar o instrumento hábil para a dinamização desse setor básico da economia, tendo-se em conta o atual estágio econômico do País. Assim, o ano de 1974 assinalou a transformação desse Programa com a instituição de novos mecanismos de apoio às pequenas e médias empresas, dotados de maior flexibilidade e dinamismo, através do novo Programa de Operações Conjuntas – POC, examinado adiante, cujo desempenho também se assenta na colaboração da rede de Agentes do Banco.

## **Programa de Operações Conjuntas – POC**

Criado como o mais recente instrumento do Banco para amparo específico às empresas brasileiras de pequeno e médio portes, o POC encerrou o ano de 1974 com 762 operações aprovadas que atingiram o total de Cr\$ 1.576 milhões, resultado de apenas cinco meses de trabalho, pois o Programa entrou em efetiva operação no mês de agosto, englobando atividades antes da área do FIPEME e já participando com 8% do volume global de deferimentos do exercício relatado.

As perspectivas de aplicação do Programa, que atua através de repasses de recursos a Agentes financeiros – bancos de desenvolvimento e os de investimento – são extremamente animadoras, bastando referir que, ao final de 1974, a soma de projetos em análise, indicados por apenas 10 agentes financeiros, dos 53 credenciados, atingia a Cr\$ 1,8 bilhão.

Para efeito de prioridades regionais no tocante às aplicações do POC, as Unidades da Federação estão grupadas em três grandes áreas geo-econômicas:

- Região I, abrangendo as Regiões Norte e Nordeste, mais os Estados do Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás;
- Região II, incluindo a Região Sul, mais os Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Minas Gerais e, ainda, o Distrito Federal;
- Região III, compreendendo somente o Estado de São Paulo.

Os financiamentos à conta do POC destinam-se a investimentos fixos, reforço de capital de giro e mistos, estando as empresas beneficiárias classificadas nas seguintes categorias:

- Categoria “A” – pequenas e médias indústrias, assim definidas como aquelas cujo ativo fixo operacional, acrescido do investimento fixo a realizar, não ultrapasse a 100.000 vezes o maior salário mínimo vigente no País, que não integrem grupo econômico de patrimônio líquido superior a 300.000 vezes o maior salário mínimo e que pertençam a setores da lista de enquadramento aprovada pelo BNDE;
- Categoria “B” – outras indústrias;
- Categoria “C” – empresas comerciais e de prestação de serviços.

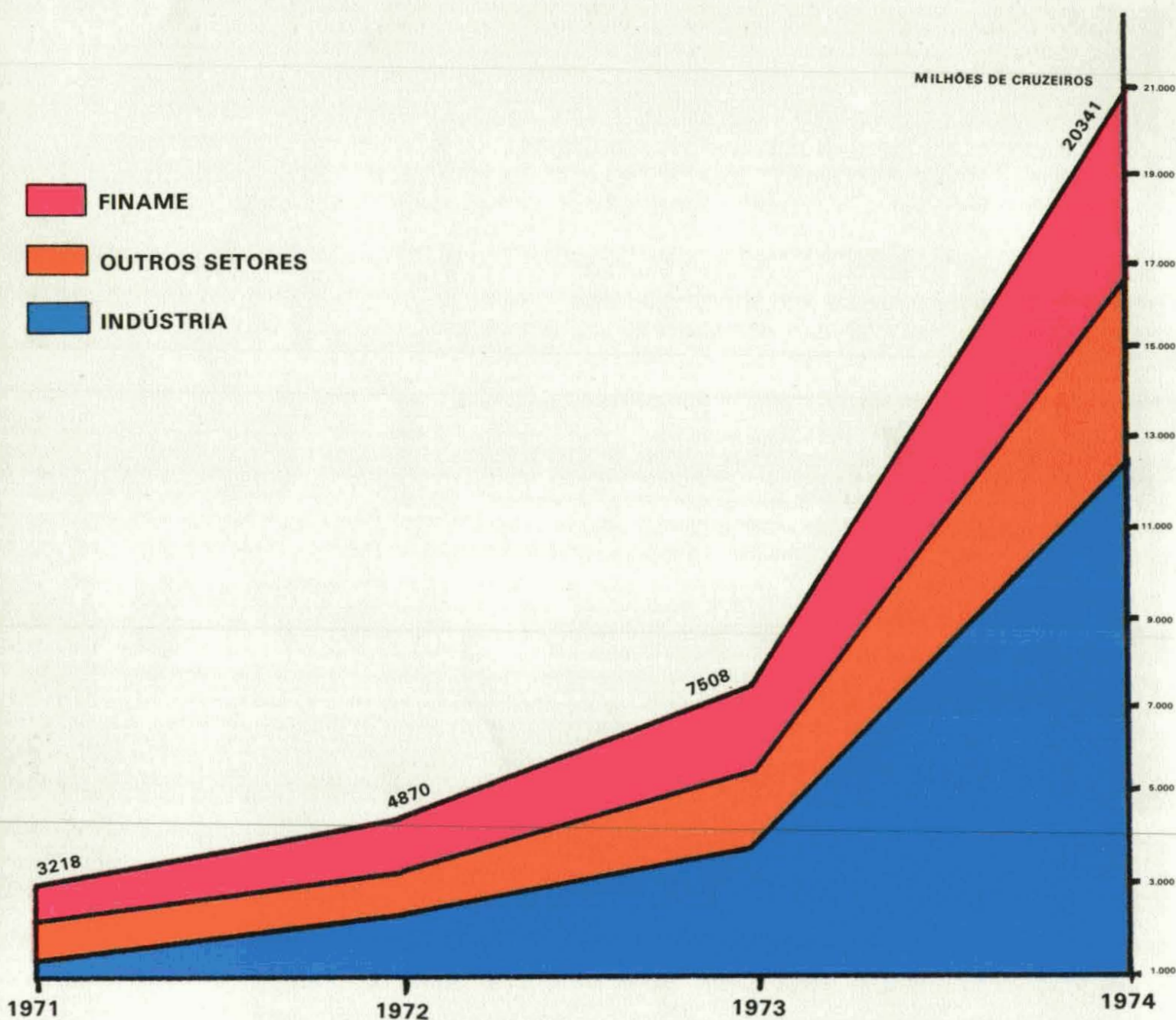
A fim de obter maior agilidade em sua mecânica operacional, o POC adota critérios distintos de análise: para operações até o valor equivalente a 17 mil ORTNs (operações pequenas, até cerca de Cr\$ 1,8 milhão no final de 1974), as aprovações são fundamentadas em informações resumidas, demandando um prazo de apenas três dias úteis. Para as operações médias, de valor entre 17 mil e 217 mil ORTNs (até cerca de Cr\$ 23 milhões), é exigida a apresentação de projeto e o prazo de aprovação é de 15 dias úteis, aproximadamente. Como as operações pequenas representaram 86% do total das operações aprovadas, o prazo médio para o deferimento de uma operação situou-se em cerca de apenas 7 dias úteis.

A distribuição das operações em termos de valor indica 43% dos recursos para as pequenas operações e 57% para as médias. O valor médio situou-se ao redor dos Cr\$ 2 milhões por operação, enquanto a taxa média de juros foi de 5,3% ao ano, mais correção monetária, custo aceito como compatível



# BNDE/FINAME

VALOR DAS OPERAÇÕES APROVADAS-1971/1974







A ênfase emprestada pelo Governo ao setor ferroviário, tanto no transporte de carga quanto de passageiros, permitiu o estabelecimento de um plano de longo prazo para a produção de vagões. O BNDE e a FINAME atuaram intensamente no setor, colaborando com a implementação dos diversos programas, inclusive no transporte suburbano do Rio e São Paulo.





pelas empresas de pequeno e médio portes.

O Programa de Operações Conjuntas é relacionado com a adoção de esquema de taxas diferenciadas, como forma de estimular os investimentos nas regiões menos desenvolvidas do País. Dentro dessa filosofia, e em função do grau de prioridade atribuída a cada setor, à localização do projeto e ao porte da empresa, a diferença de taxa pode atingir a até 5% ao ano. Uma pequena ou média empresa no Norte-Nordeste pode, por exemplo, obter recursos à taxa de 2%; em igualdade de condições, essa taxa seria mais elevada para o investimento realizado em área mais desenvolvida. Os primeiros resultados da atuação do POC demonstram que 16% dos recursos totais aprovados destinaram-se a empresas localizadas nas áreas de menor desenvolvimento – Região I – cabendo 53% das aplicações a empreendimentos situados na Região II e apenas 31% ao Estado de São Paulo.

Do ponto de vista setorial, 94% dos recursos do POC foram encaminhados para projetos de pequenas e médias indústrias compreendidas em diversificados ramos fabris, ao passo que 6% das aplicações destinaram-se a empresas comerciais e de prestação de serviços, dentro da nova diretriz de maior diversificação do apoio creditício do Banco.

O quadro apresenta uma visão global das operações homologadas pelo BNDE no campo de atuação do novo Programa, com discriminação dos totais referentes ao conjunto das operações realizadas pelos bancos de desenvolvimento e os de investimento.

ESPECIFICAÇÃO	COLABORAÇÃO APROVADA PELO POC – 1974					
	Bancos de Desenvolvimento		Bancos de Investimento		Total	
	N.º	Valor (Cr\$ milhões)	N.º	Valor (Cr\$ milhões)	N.º	Valor (Cr\$ milhões)
<b>TOTAL</b>	<b>244</b>	<b>861,9</b>	<b>518</b>	<b>714,6</b>	<b>762</b>	<b>1.576,5</b>
<b>Dimensão das Empresas</b>						
– Pequenas	161	153,0	498	527,2	659	680,2
– Médias	83	708,9	20	187,4	103	896,3
<b>Categoria das Empresas</b>						
– Industriais – Grupo A	152	347,6	215	229,2	367	576,8
– Industriais – Grupo B	67	446,4	276	450,4	343	896,8
– Comerciais e de Serviços – Grupo C	25	67,9	27	35,0	52	102,9
<b>Localização dos Projetos</b>						
– Região I	38	157,8	75	93,1	113	250,9
– Região II	195	638,9	181	199,8	376	838,7
– Região III	11	65,1	262	421,8	273	486,9

Ao lado da política tradicional de repasses praticada pelo BNDE, o Programa de Operações Conjuntas representou um passo importante no sentido da descentralização e da especialização das operações do Banco, expandindo-se as atribuições e responsabilidades dos agentes financeiros. Do ponto de vista do BNDE, esta política de descentralização apresenta dois aspectos altamente positivos. Primeiramente, porque esses agentes financeiros estão mais ligados à problemática do desenvolvimento sócioeconômico nas áreas ou setores em que atuam mais de perto, o que constitui um fator altamente favorável à eficácia das operações. Depois, porque a distribuição desses recursos, numa extensa rede de agentes, é, em si, uma forma de apoio ao sistema financeiro privado e ao sistema nacional de bancos de desenvolvimento, respondendo, portanto, a um dos objetivos básicos do BNDE.



## **Fundo de Modernização e Reorganização Industrial – FMRI**

Criado em outubro de 1970, pelo Decreto n.º 67.323, o FMRI deu continuidade, de forma ativa, às atividades de sua responsabilidade, dentro das diretrizes de política econômica do Governo, de estimular a vitalização da empresa nacional, abrangendo em seus objetivos básicos o financiamento de projetos de fusões, incorporações, reorganização técnica e administrativa de empresas, com vistas à melhoria da eficiência e do conseqüente aumento do poder de competição das empresas brasileiras, especialmente em termos de modernização quanto à estrutura financeira, reformulação tecnológica e ao aprimoramento da capacidade gerencial. Com tais propósitos, os recursos fornecidos pelo FMRI atendem não apenas problemas de fusões e incorporações e de reorganização técnico-administrativa das empresas, mas também a modernização de processos de produção, incluindo inversões fixas, adequação do sistema de comercialização, saneamento financeiro e formação adequada de capital de giro.

Em 1974, o FMRI destinou recursos totais de Cr\$ 1.356 milhões para empreendimentos situados em todas as Regiões e englobados na sua esfera de atuação, representando esse valor um acréscimo de quase 100% sobre o total de 1973 e atribuindo a esse programa uma participação da ordem de 7% no global dos deferimentos do Banco.

## **Programa Especial para o Financiamento de Capital de Giro – PROGIRO**

Investido de atribuições especiais no atendimento supletivo de recursos reclamados apenas em relação a projetos de empresas de capital privado que hajam recebido apoio financeiro do BNDE sob outras modalidades operacionais, o atual PROGIRO, que substituiu o antigo FUNGIRO, aprovou no 2.º semestre de 1974 o total de 19 operações, no montante de Cr\$ 264,9 milhões, representativo de um crescimento nominal de 205% em cotejo com o ano de 1973.

Os recursos autorizados no exercício destinaram-se a diversos ramos de indústrias de transformação, cabendo 74% a beneficiários localizados na Região Sudeste, 21% a empresas do Sul e o restante a indústrias situadas no Nordeste e Norte do País.

## **Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico – FUNTEC**

Criado em 1964, o FUNTEC foi destinado, inicialmente, ao apoio à formação de pessoal, desempenhando importante papel nas atividades de pós-graduação e na preparação de técnicos de nível médio e engenheiros operacionais. A estratégia de aplicação em recursos humanos foi baseada na constatação do despreparo das empresas brasileiras, na época, para se envolver no uso significativo da tecnologia moderna ou se dedicar ao trabalho da inovação tecnológica.

No momento em que o Governo atribui prioridade especial ao desenvolvimento tecnológico do País e as empresas nacionais despertam para a importância do fator tecnológico, reconhecendo-o como decisivo para o fortalecimento de sua competitividade, houve um natural realinhamento dos instrumentos de ação do BNDE nessa área básica, dando-se especial ênfase à tecnologia industrial. Esta função estimuladora é facilitada pela condição privilegiada do Banco devido ao seu contato direto com o empresariado nacional e à sua situação de ponto de convergência de programas e projetos futuros em setores essenciais da economia.

No novo Regulamento do FUNTEC, aprovado em 1974, foi estabelecida uma linha de incentivos às empresas nacionais, para iniciativas diretamente relacionadas com a criação, adaptação ou assimilação de tecnologia,



mesmo porque esta torna-se condição primordial para competição frente a subsidiárias de organizações estrangeiras. Prevê, também, a fixação de condições favoráveis para a cooperação entre as universidades, institutos de pesquisa e empresas, visando à efetiva geração e transferência interna de tecnologia.

As modalidades operacionais admitidas vão desde o financiamento não reembolsável, cabendo ao Banco parte de eventuais lucros obtidos através de participação nos "royalties", até financiamento de 100% do investimento previsto nos projetos, com prazo de até 10 anos (incluindo 3 de carência) e a juros de 4% anuais, sem correção monetária, sendo em certos casos admitida a participação societária.

Como decorrência da redefinição de diretrizes do FUNTEC e de outros fatores, registrou-se, em 1974, um movimento menor de aprovações à conta desse programa, incluindo 22 operações no valor global de Cr\$ 92,6 milhões, destinados a atividades de pesquisas desenvolvidas por importantes centros técnicos do País.

### **Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais – FUMCAP**

Foram aprovadas duas operações de "underwriting" sob o amparo do FUMCAP, no total de Cr\$ 28,6 milhões. Na primeira, no valor de Cr\$ 9,0 milhões, foi aberta uma linha de crédito, através de agente financeiro credenciado, para o lançamento de debêntures conversíveis de empresa industrial do setor mecânico localizada no Paraná e na segunda, no montante de Cr\$ 19,6 milhões, foi beneficiado um "pool" de bancos de

A elevação dos padrões de bem estar vem exigindo um constante aprimoramento da indústria de material de construção, tanto em termos de produto quanto de design, permitindo a competitividade dos artigos brasileiros no mercado externo. O BNDE colabora com o setor oferecendo recursos, não só para a expansão das empresas, como também para a criação de tecnologias.





investimentos privados, visando à colocação pública de ações da VARIG. Paralelamente às atividades inerentes ao FUMCAP, o BNDE procurou delinear a estrutura de um mercado de debêntures, instrumento de grande utilidade por favorecer alternativas de aporte de recursos aos projetos que necessitem de elevado prazo de maturação de investimentos. Nesse sentido, em 1974, foi preparada a emissão de debêntures conversíveis em ações da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. – TELEMIG, no valor de Cr\$ 78,6 milhões. Esse lançamento é particularmente significativo na justa medida em que amplia os horizontes da ação financiadora do BNDE, capacitando-o a incrementar suas aplicações sem uma contrapartida de maiores imobilizações de recursos.

### **Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME**

Completando seu 10.º ano de atuação em 1974, a empresa pública FINAME, subsidiária do BNDE, deu prosseguimento, de forma expressiva, ao desempenho das atividades financiadoras especiais abrangidas no fomento à fabricação e comercialização de bens de capital nacionais, propiciando reflexos de elevada significação no que concerne à intensificação do desenvolvimento quali-quantitativo desse parque industrial no País, bem como em relação ao vigoramento do processo nacional de substituição de importações de bens de capital.

Os deferimentos da FINAME em 1974, totalizando 9.749 operações sob diversas modalidades, alcançaram o montante recorde de quase Cr\$ 3,5 bilhões, representativo de um incremento nominal de 75% sobre o total aprovado em 1973 e correspondendo a uma participação de 17% no conjunto da ação financiadora do Banco. O quadro oferece uma visão retrospectiva da atuação da FINAME no último quinquênio:

Os mais modernos processos tecnológicos têm sido colocados à disposição da siderurgia de aços finos através dos projetos financiados pelo BNDE.





ANOS	OPERAÇÕES APROVADAS PELA FINAME			
	A Preços Correntes		A Preços de 1974	
	Cr\$ milhões	Variação %	Cr\$ milhões	Variação %
1970	362	-	753	-
1971	766	111,6	1.318	75,0
1972	1.159	51,3	1.715	30,1
1973	1.970	70,0	2.535	47,8
1974	3.456	75,4	3.456	36,3

O êxito das atividades da FINAME ao longo dos dez anos de sua existência pode ser acompanhado e avaliado pelo próprio desenvolvimento da indústria brasileira de máquinas e equipamentos.

Importa registrar a preocupação constante da Entidade no sentido do alargamento e aperfeiçoamento de sua proveitosa atuação, atendendo desde as indústrias nacionais de pequeno e médio portes até os grandes fabricantes de máquinas e equipamentos pesados e/ou de alta sofisticação que, enfrentando e vencendo as concorrências internas das quais participam poderosas organizações estrangeiras, já estão suprindo parcelas ponderáveis das inversões em bens de produção realizadas nos últimos anos em setores vitais, como os de siderurgia, transportes, energia elétrica, química, mineração etc. Dentre as inovações operacionais introduzidas na ação da FINAME em 1974, merecem destaque o enquadramento e prioridade atribuídos às empresas produtoras de equipamentos de telecomunicações, bem como a extensão do apoio da Entidade às empresas de **leasing**.

Por sua vez, do ponto de vista setorial, o desempenho da FINAME em 1974 registrou que os maiores volumes de aplicações destinaram-se aos setores especificados no quadro:

Setores Beneficiados	Colaboração Aprovada pela FINAME em 1974		
	Operações	Cr\$ milhões	%
Transportes	1.453	1.298	37,7
Serviços de Utilidade Pública	80	298	8,7
Construção	1.162	277	8,0
Produtos Alimentares	1.096	276	8,0
Têxtil	467	216	6,3
Metalurgia	974	173	5,0
Química	464	135	3,9
Mecânica	853	129	3,7
Minerais não Metálicos	619	126	3,6
Demais Setores	2.581	528	15,1
<b>TOTAL</b>	<b>9.749</b>	<b>3.456</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FINAME

O próprio relatório anual da FINAME oferece maior detalhamento acerca dos resultados da ação financiadora desenvolvida pela empresa no exercício findo.



## **Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa – CEBRAE**

Criado no segundo semestre de 1972, o CEBRAE, sociedade civil sem fins lucrativos, estabeleceu e vem cumprindo, com resultados altamente proveitosos, um programa de assistência técnico-gerencial aos empresários de pequeno e médio portes, incluindo no seu campo de trabalho: assistência para o crédito, abrangendo, entre outras, a assessoria financeira, a preparação de projetos e o acompanhamento na obtenção e aplicação de recursos financeiros; assistência técnica, abrangendo diagnósticos, estudos de localização, "lay-out", organização, contabilidade, assessoria fiscal, processamento de dados, recrutamento, treinamento e administração de pessoal; e treinamento de executivos e de pessoal de nível médio. Conforme discriminado em quadro anexo a este relatório, operando através de uma rede de organizações especializadas a ele vinculadas, o CEBRAE, em 1974, aprovou operações no montante de Cr\$ 49,9 milhões, contra Cr\$ 28,5 milhões no ano anterior. Com a finalidade de implementar as atividades a cargo dessa instituição, o BNDE, no exercício, alocou ao Programa recursos no valor de Cr\$ 20,2 milhões.

### **Operações de Prestação de Aval**

Outro instrumento tradicional de amparo financeiro utilizado pelo BNDE em proveito de empreendimentos fundamentais ao processo nacional de desenvolvimento diz respeito à prestação de aval, em seu próprio nome ou como agente do Tesouro Nacional, a operações celebradas no exterior por entidades públicas e empresas privadas, e vinculadas à importação de bens e serviços estrangeiros.

Em 1974, foram autorizadas 27 operações no âmbito dessa modalidade, envolvendo garantias a créditos externos totalizando o equivalente a US\$ 354,5 milhões em diversas moedas estrangeiras, com o seguinte desdobramento:

<b>Moedas de Origem (milhares)</b>	<b>Equivalência em US\$ mil</b>
US\$ 325,273	325,273
£ 1.200	2,723
Yen 5.612.650	19,849
DM 12.354	4,978
SwFr 2.639	859
Cr\$ 6.000	840
<b>TOTAL</b>	<b>354,522</b>

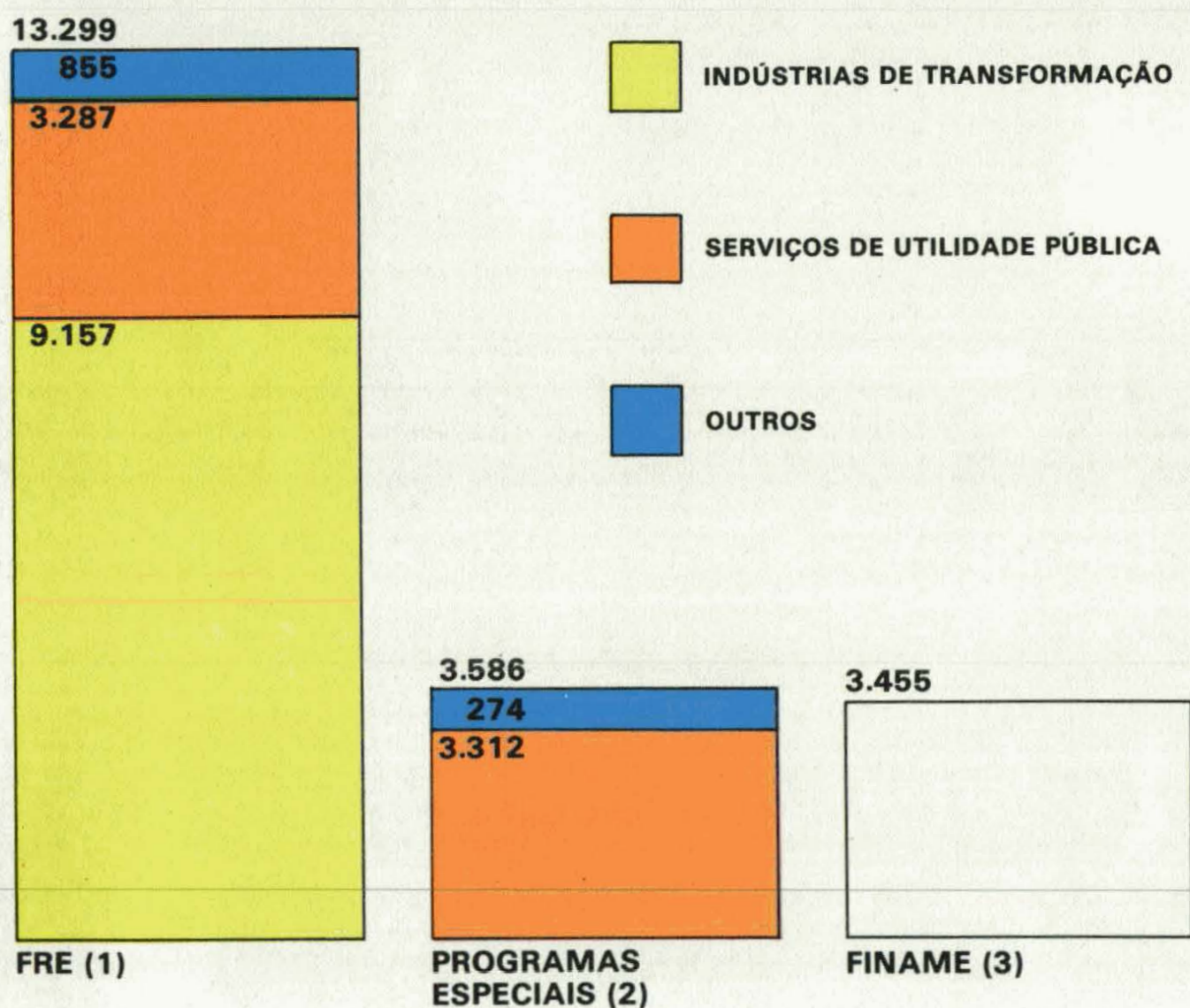
Do montante de avais autorizados no exercício, 44% destinaram-se ao setor de transporte aeroviário e quase 56% a empreendimentos industriais nos ramos de produtos químicos e afins, celulose e papel, produtos metalúrgicos, têxteis, de maquinaria e de material de transporte. O quadro oferece uma visão geral dos resultados alcançados pela ação financiadora do BNDE no último quinquênio, segundo as modalidades básicas empregadas pela Entidade.



# BNDE

## VALOR DAS OPERAÇÕES APROVADAS-1974

MILHÕES DE CRUZEIROS



(1) INCLUI OPERAÇÕES TRADICIONAIS, ACORDOS, CONVÊNIOS, PMRC, PIB-NE e PEB

(2) FMRI, FIPME, PROGIRO, POC, FUNTEC, FUMCAP E CEBRAE

(3) OPERAÇÕES PREDOMINANTEMENTE PARA INDÚSTRIAS



# BNDE/FINAME

## DEFERIMENTOS SEGUNDO PROGRAMAS-1974



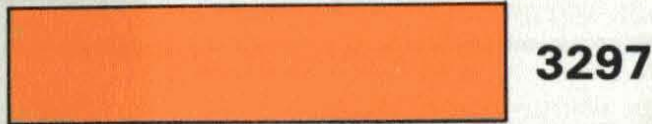
INSUMOS BÁSICOS



FORTALECIMENTO EMPRESA PRIVADA



FINAME



INFRAESTRUTURA



EQUIPAMENTOS BÁSICOS



FOMENTO REGIONAL



CONSUMO DE BASE



DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO



OUTROS PROJETOS

Cr\$ MILHÕES



Modalidades	Valor das Operações Aprovadas				
	1970	1971	1972	1973	1974
<b>A - Moeda Nacional</b>					
<b>(Cr\$ milhões correntes)</b>					
FRE (1)	1.004,7	1.622,3	2.587,1	3.883,3	13.299,0
FIPEME	246,1	401,0	623,1	627,4	246,9
POC	-	-	-	-	1.576,5
FMRI	-	206,9	304,3	679,4	1.356,2
PROGIRO/FUNGIRO	120,6	119,3	150,0	87,0	264,9
FUNTEC	49,8	106,4	46,0	243,7	92,6
Outros (2)	81,7	-	-	16,8	48,8
Total - BNDE	<u>1.502,9</u>	<u>2.456,0</u>	<u>3.710,5</u>	<u>5.537,6</u>	<u>16.884,9</u>
FINAME	361,7	761,6	1.159,4	1.970,4	3.455,9
Total Geral	<u>1.864,6</u>	<u>3.217,6</u>	<u>4.869,9</u>	<u>7.508,0</u>	<u>20.340,8</u>
<b>B - Prestação de Aval</b>					
<b>(US\$ milhões)</b>					
	<u>93,2</u>	<u>98,8</u>	<u>92,0</u>	<u>65,2</u>	<u>354,5</u>

(1) Inclusive PROTERRA, PRODOESTE E PROVALE no período de 1972/74.

(2) Inclui CEBRAE e FUMCAP em 1973/74.

## COMPOSIÇÃO SETORIAL

A extraordinária performance alcançada pela ação financiadora do BNDE em 1974 estabeleceu, conseqüentemente, crescimentos expressivos quanto à distribuição setorial da assistência financeira dispensada pela Entidade.

Considerando-se exclusivamente o volume de operações aprovadas diretamente pelo Banco - a participação da FINAME representou apenas 17% do global registrado no exercício - podem ser realçadas as seguintes observações principais:

- anotando um incremento nominal de 207% comparativamente ao ano anterior, os deferimentos em favor das Indústrias de Transformação elevaram a participação desse setor ao nível de 74% do total aprovado;
- os Serviços de Utilidade Pública ampliaram de 13% para cerca de 20% a sua participação no conjunto das aprovações, verificando-se um aumento de 378% no valor dos recursos destinados a essa área básica da economia;
- observou-se, por outro lado, aumento substancial das aplicações relacionadas com trabalhos de mineração e pesquisas mineralógicas, passando de Cr\$ 16,1 para Cr\$ 318,3 milhões, respectivamente em 1973 e 1974;

- incluindo recursos no valor de Cr\$ 639,5 milhões, maiores em 26% aos autorizados no ano anterior, os empreendimentos do setor de Agropecuária, Alimentação e Abastecimento também continuaram se beneficiando significativamente do apoio do Banco, destacando-se os fundos canalizados para a instalação de Centrais de Abastecimento nas principais cidades brasileiras;

- a atuação do FUNTEC traduziu-se em deferimentos no total de Cr\$ 92,6 milhões, prevendo-se, entretanto, intenso movimento de operações à conta desse programa, face a ênfase atribuída pelo Governo ao desenvolvimento tecnológico do País e tendo em conta a redefinição de diretrizes aprovadas em 1974 para a ação financiadora nessa área vital;

- o desempenho do Banco, sob o ponto de vista setorial, permite ainda destacar, entre outros, os seguintes pontos relevantes: participação efetiva na atual política nacional de transportes, de maior ênfase ao transporte ferroviário; início de colaboração com o setor de turismo, mediante o apoio a empreendimentos hoteleiros no Ceará, Paraíba e São Paulo; início de assistência financeira em termos globais em benefício de determinados setores essenciais, com o Programa de Apoio às Indústrias Madeireiras do



Estado do Paraná – PROMADE, articulado com o BADEP; continuidade de contribuição ao processo de industrialização do Nordeste; ampla e diversificada assistência creditícia às pequenas e médias empresas; criação do Programa Especial de Apoio à Indústria Editorial – PROLIVRO. O quadro apresenta a evolução da colaboração financeira em moeda nacional autorizada pelo BNDE no último quinquênio, desdobrada segundo os grandes setores básicos beneficiados, relativamente às operações aprovadas diretamente pelo Banco e apresentando de forma global o valor da colaboração prestada pela FINAME.

Setores Beneficiados	Valor da Colaboração Aprovada (Cr\$ milhões correntes)				
	1970	1971	1972	1973	1974
Serviços de Utilidade Pública	446,3	415,1	860,6	692,2	3.306,9
Mineração e Pesquisa Mineralógica	3,2	3,5	81,1	16,1	318,3
Indústrias de Transformação	905,4	1.632,3	2.524,4	4.065,6	12.469,2
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	92,9	296,6	193,6	506,3	639,5
Ensino e Pesquisas	51,8	106,5	46,0	243,7	92,6
Outros	3,3	2,0	4,8	13,7	58,4
TOTAL-BNDE	<u>1.502,9</u>	<u>2.456,0</u>	<u>3.710,5</u>	<u>5.537,6</u>	<u>16.884,9</u>
FINAME (Total)	361,7	761,6	1.159,4	1.970,4	3.455,9
TOTAL GERAL	<u>1.864,6</u>	<u>3.217,6</u>	<u>4.869,9</u>	<u>7.508,0</u>	<u>20.340,8</u>

O desdobramento setorial da ação financiadora exercida pela FINAME consta de tabela própria incluída nos anexos estatísticos do presente relatório.

O aspecto da diversificação do desempenho operacional do Banco continuou se constituindo em característica importante no contexto da atuação da Entidade, salientando os êxitos obtidos quanto ao alargamento da presença de sua assistência financiadora em múltiplas áreas fundamentais à aceleração do processo de desenvolvimento do País.

Os aperfeiçoamentos dos mecanismos operacionais existentes e a criação de novos instrumentos de relevância inquestionável; a maior elasticidade no tocante aos critérios de enquadramento e prioridade; as melhorias consideráveis no que diz respeito a medidas desburocratizantes e a maior eficiência operativa, especialmente quanto à minimização de prazos nas aprovações e contratações dos pedidos de colaboração financeira; o estreito entrosamento estabelecido com outros organismos de desenvolvimento setorial e com os Agentes Financeiros, a par da maior disponibilidade de recursos, constituíram-se em fatores relevantes no sentido da obtenção dos excepcionais resultados atingidos pelo desempenho do BNDE no fomento à industrialização do País.

Tendo em conta a estrutura setorial estabelecida para a ação programada do BNDE, conforme dados divulgados em tabela própria anexa, o quadro a seguir permite uma avaliação adequada do papel desempenhado pela Entidade como instrumento de estímulo do desenvolvimento de setores vitais ao progresso do País, discriminando por programas os montantes dos deferimentos efetivados em 1974 diretamente pelo Banco:



# BNDE/FINAME

## OPERAÇÕES APROVADAS SEGUNDO REGIÕES

■ 1973 ■ 1974





Programas	Deferimentos - 1974	
	Cr\$ milhões	%
Insumos Básicos	7.405	43,8
Equipamentos Básicos	807	4,8
Fortalecimento da Empresa Privada Nacional	3.514	20,8
Fomento Regional	455	2,7
Infraestrutura	3.287	19,5
Desenvolvimento Tecnológico	93	0,5
Consumo de Base	383	2,3
Outros Projetos	941	5,6
<b>TOTAL-BNDE</b>	<b>16.885</b>	<b>100,0</b>

A interligação dos dados referentes à composição setorial e modalidades que compuseram a ação financiadora diretamente exercida pelo Banco acha-se devidamente sumarizada em quadro próprio. Observa-se que os setores de Serviços de Utilidade Pública e de Mineração e Pesquisa Mineralógica foram atendidos basicamente pelo FRE, enquanto que as Indústrias de Transformação e as áreas de Agropecuária, Alimentação e Abastecimento receberam aportes de recursos oriundos de todos os programas, com destaque também do FRE.

A indústria de auto-peças atende com eficiência às crescentes solicitações do mercado, graças a um processo de expansão que conta com a presença do BNDE.





Modalidades	Valor da Colaboração Aprovada em 1974					
	Serviços de Utilidade Pública	Mineração e Pesquisa Mineralógica	Indústrias de Transformação	Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	Outros Setores	TOTAL
<b>A – Moeda Nacional (Cr\$ milhões)</b>	<u>3.306,9</u>	<u>318,3</u>	<u>12.469,2</u>	<u>639,5</u>	<u>151,0</u>	<u>16.884,9</u>
FRE	3.287,3	318,3	9.157,1	498,1	38,2	13.299,0
FIPEME	-	-	236,9	10,0	-	246,9
POC	-	-	1.576,5	-	-	1.576,5
FMRI	-	-	1.242,8	113,4	-	1.356,2
PROGIRO	-	-	246,9	18,0	-	264,9
FUNTEC	-	-	-	-	92,6	92,6
Outras	19,6	-	9,0	-	20,2	48,8
<b>B – Prestação de Aval (US\$ milhões)</b>	<u>154,7</u>	-	<u>198,0</u>	<u>1,8</u>	-	<u>354,5</u>

Ainda com relação à estrutura geral da ação financiadora, aspecto que merece realce especial refere-se à continuidade de propósitos no sentido de carrear parcela substancial dos recursos do Banco para empreendimentos enquadrados no setor privado da economia, dentro das diretrizes do Governo quanto ao fortalecimento e à entrega à responsabilidade das empresas privadas da execução de toda sorte de projetos essenciais ao desenvolvimento do País, excetuados aqueles que, por força de fatores diversos, reclamem a participação direta do Poder Público.

A participação do Setor Público no montante geral das operações aprovadas em moeda nacional se identifica com o vulto dos recursos deferidos para a realização de empreendimentos vitais da responsabilidade de organizações controladas pelo Governo, notadamente em relação aos projetos de expansão do parque siderúrgico e de ampliação e modernização de serviços de infra-estrutura (ferrovias, rodovias, energia, telecomunicações). Assim, em 1974 a participação do Setor Privado passou ao nível de 67% do total de deferimentos. No tocante às operações de prestação de aval, a posição do Setor Privado elevou-se a 92% do total.

A análise setorial do desempenho do BNDE ainda permite destacar outras observações relevantes, a saber:

### Serviços de Utilidade Pública

Embora sua atuação nesse setor continue se revestindo de caráter supletivo, visto que o atendimento dos investimentos reclamados pelos serviços básicos de infra-estrutura é realizado, em ampla medida, diretamente por entidades setoriais especializadas, utilizando-se recursos específicos dessa área, o BNDE ampliou significativamente, em 1974, o volume de recursos sob sua administração encaminhados para a consecução de empreendimentos da infra-estrutura, ou seja, Cr\$ 3.307 milhões contra apenas Cr\$ 692 milhões registrados no ano anterior. Quanto às operações de aval, 44% do seu total destinaram-se ao setor de transporte aeroviário, enquanto que o desdobramento das aplicações autorizadas em moeda nacional tiveram a seguinte composição no ano findo:



Subsetores	Colaboração em Moeda Nacional – 1974	
	Cr\$ milhões	%
Energia Elétrica	391	11,8
Ferroviário	2.204	66,6
Rodoviário	364	11,0
Aeroviário	50	1,5
Telecomunicações	198	6,1
Infra-estrutura de Parques Industriais	100	3,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.307</b>	<b>100,0</b>

Merece destaque particularizado o apoio dispensado ao subsetor de transporte ferroviário, dentro das prioridades da atual política nacional de transportes, através da alocação de recursos de vulto do Banco e da FINAME a diversos empreendimentos de responsabilidade da RFFSA, do DNEF e da FEPASA, incluindo a construção e remodelação de linhas férreas vitais, como a ferrovia Belo Horizonte – São Paulo; a ligação Itapeva – Ponta Grossa para conexão do Tronco Sul com o sistema da FEPASA; a ligação Roca Sales-Passo Fundo (Estrada do Trigo); o Setor Sul do Anel Ferroviário de São Paulo; e linhas suburbanas do Grande Rio e Grande São Paulo, bem como o reequipamento e a modernização dos materiais rodantes dos grandes sistemas ferroviários, mediante ação programada de aquisição de milhares de vagões que assegura, por igual, valioso apoio à indústria nacional de materiais ferroviários.

Na área de transporte rodoviário, foram destinados recursos a projetos de construção e melhoria de diversas rodovias nos Estados do Acre, Maranhão, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Para o setor de energia elétrica, o Banco forneceu fundos suplementares necessários à execução de planos de eletrificação a cargo da CEMIG, FURNAS e CEMAT, enquanto que a TELEMIG também recebeu apoio para os planos de expansão do setor de telecomunicações em Minas Gerais.

### **Mineração e Pesquisa Mineralógica**

Através de convênio firmado com a CPRM e utilizando recursos do FRE, foi dada continuidade ao apoio do Banco a trabalhos desenvolvidos na área de mineração e pesquisa mineralógica, setor cuja essencialidade assume relevância cada vez maior dentro do processo nacional de desenvolvimento, tendo-se em conta a necessidade de auto-suficiência no suprimento de insumos de origem mineral indispensáveis ao acelerado crescimento industrial do País, bem como para dinamizar sua exportação.

Em 1974, a assistência do Banco ao setor traduziu-se no deferimento de diversas operações, totalizando Cr\$ 318 milhões e revelando um crescimento substancial comparativamente aos anos anteriores. Esses recursos destinaram-se ao custeio de trabalhos setoriais nos Estados do Pará, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, bem como ao prosseguimento das importantes atividades de pesquisa desenvolvidas pela DOCEGEO, subsidiária da CVRD que, contando com o apoio do Banco, já localizou valiosos recursos minerais em vários pontos do País.

### **Indústrias de Transformação**

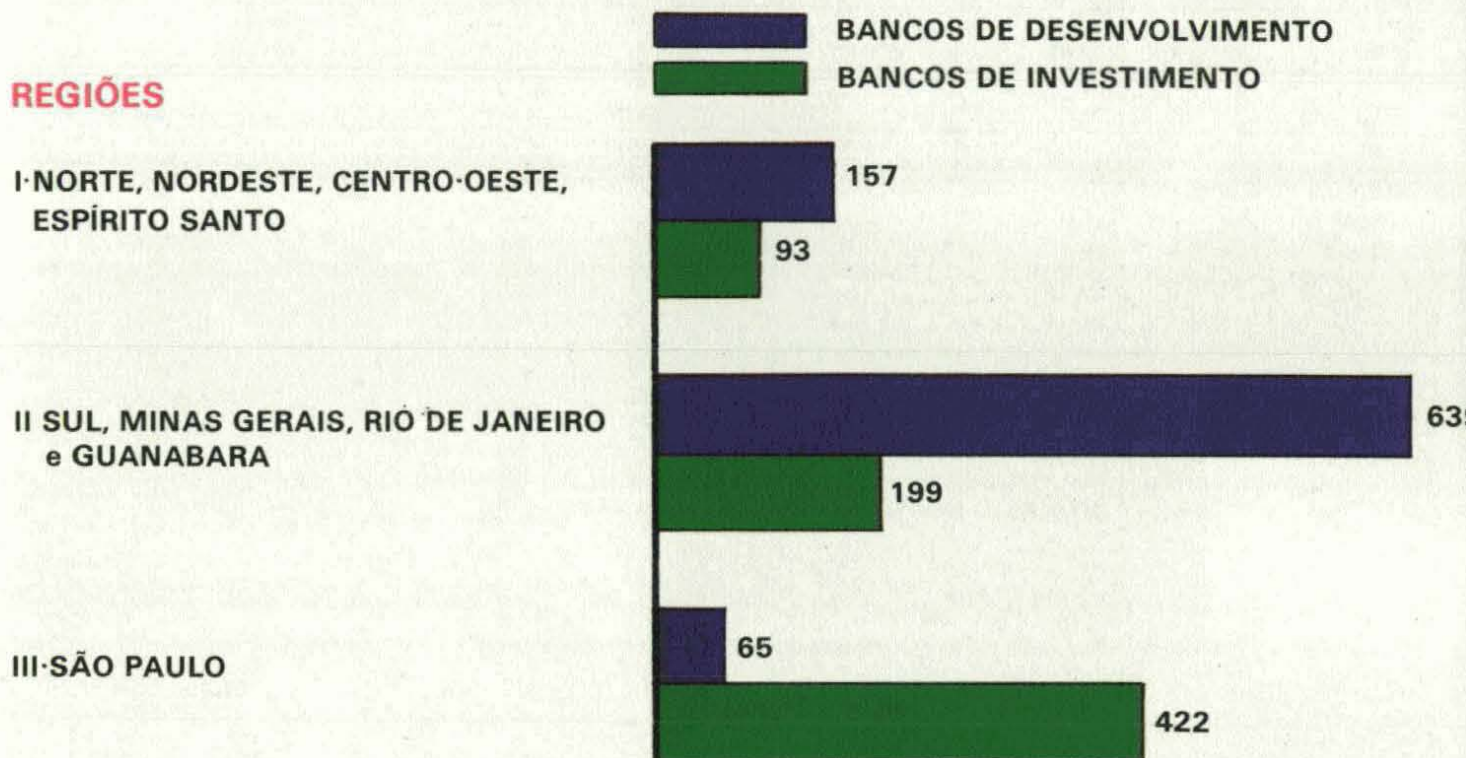
Registrando um crescimento de 207% em confronto com o ano anterior e uma participação de quase 74% no valor global dos financiamentos aprovados diretamente pelo Banco no último exercício, o montante de aplicações no setor de Indústrias de Transformação – somando Cr\$ 12,5 bilhões, contra apenas Cr\$ 4,1 bilhões em 1973 – demonstra a continuidade da presença marcante do BNDE no processo de dinamização do parque fabril nacional.



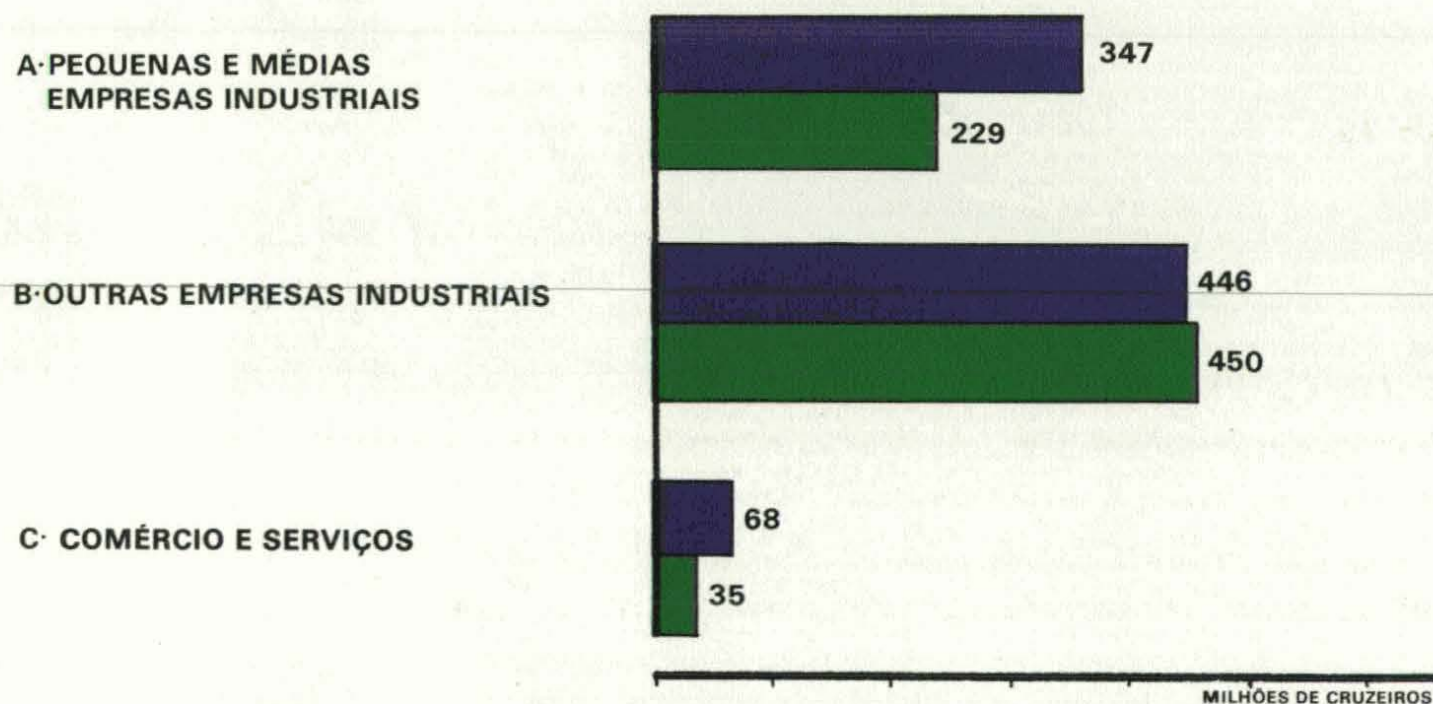
# BNDE

## PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS-POC REPASSES APROVADOS EM 1974

### REGIÕES



### ATIVIDADES







O apoio maciço à indústria petroquímica foi uma das características das atividades do BNDE, em 1974.

O ponto principal do estímulo financeiro dispensado ao setor continuou se fundamentando na diversificação desse apoio, isto é, visando a dar atendimento a uma participação crescentemente expressiva das poupanças do Poder Público na realização dos investimentos reclamados por uma faixa cada vez mais ampla e diversificada de ramos manufatureiros afetos à responsabilidade do setor privado, dentro da política de fortalecimento da empresa nacional.

Por sua vez, ao mesmo tempo que colaborando na consecução de empreendimentos industriais de grande porte e marcante importância setorial, para os quais se mostra imprescindível sua participação, o Banco prosseguiu e alargou a ação financiadora no sentido do fortalecimento das pequenas e médias empresas industriais, criando novos mecanismos de atuação e desenvolvendo, principalmente através da rede de Agentes, uma proveitosa assistência creditícia voltada para uma gama variada de atividades fabris essenciais ao desenvolvimento regional e nacional. Ainda com respeito à cooperação desenvolvida em proveito do setor industrial, cabe mencionar o expressivo desempenho da FINAME, apoiando decididamente as etapas de produção e comercialização do ramo da indústria de bens de produção, através de mecanismos apropriados, do mesmo modo que a entrada em funcionamento das três novas subsidiárias – FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA – assegura perspectivas de inovações relevantes nos resultados da ação do Banco em benefício de áreas industriais de elevada essencialidade ao vigoramento da economia nacional. O desempenho do BNDE ainda permite realçar outras medidas de apoio à industrialização acelerada do País, notadamente no que diz respeito ao



estreito entrosamento de ação com outros organismos oficiais e privados, à elaboração de estudos e pesquisas setoriais e globais, à realização de seminários e encontros com o meio empresarial, aos resultados da ampliação das atividades a cargo do CEBRAE, etc.

O quadro permite uma melhor visão acerca do apoio financeiro diretamente concedido pelo BNDE ao setor industrial, comparando os totais de deferimentos em moeda nacional e de prestação de aval registrados em 1973 e 1974, por grandes grupos de indústrias beneficiadas.

Indústrias Beneficiadas	Valor da Colaboração Aprovada			
	Em Moeda Nacional (Cr\$ milhões)		Prestação de Aval (US\$ milhões)	
	1973	1974	1973	1974
Celulose e Papel	187,0	1.637,5	—	56,9
Produtos Químicos e Afins	789,3	2.163,0	16,2	77,8
Produtos de Pedra, Argila e Vidro	334,6	1.034,9	17,9	—
Produtos Metalúrgicos	1.142,2	3.518,8	17,4	32,4
Maquinaria, exceto elétrica	117,3	516,3	—	6,7
Material Elétrico e de Comunicações	39,5	204,0	—	—
Material de Transporte	270,5	228,1	—	8,0
Produtos Têxteis	131,7	355,1	—	16,2
Madeira e Mobiliário	60,4	580,3	—	—
Indústrias Diversas (inclusive repasses não classificados)	993,1	2.231,6	7,7	—
<b>TOTAL - BNDE</b>	<b>4.065,6</b>	<b>12.469,2</b>	<b>59,2</b>	<b>198,0</b>

### Agropecuária, Alimentação e Abastecimento

Com um volume de operações somando Cr\$ 639,5 milhões, o BNDE apoiou empreendimentos destacados nessas áreas essenciais, dentro da programação de assistência ao desenvolvimento de atividades relacionadas à melhoria das condições do consumo básico da população.

Quanto ao subsetor de abastecimento, avultam de importância os financiamentos destinados à execução dos projetos de instalação das grandes centrais de abastecimento nas maiores cidades brasileiras, incluindo recursos para a própria COBAL e para as CEASAS do Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Minas Gerais, Campinas e Grande Rio, ao mesmo tempo que foi dada continuidade ao Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC). Através das diversas modalidades e abrangendo empreendimentos de variadas atividades industriais, o subsetor de industrialização de alimentos também foi contemplado com inúmeros financiamentos, conforme discriminado nos anexos. Por sua vez, em relação ao subsetor de Agropecuária, deve ser salientada a colaboração financeira atribuída à realização de um Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias para o Sul do País, a ser executado em dois anos, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e compreendendo 315 subprojetos de pesquisas por universidades, órgãos estaduais e a FECOTRIGO. Também como de interesse deste subsetor, cabe ressaltar a concessão de numerosos financiamentos a empreendimentos relacionados direta ou indiretamente com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sendo de ressaltar, especialmente, a expansão da produção de fertilizantes e de alimentos industrializados.

### Pesquisas Tecnológicas

Os novos rumos operacionais do Banco em relação ao desenvolvimento tecnológico do País, notadamente quanto à tecnologia industrial, dentro dos objetivos do Governo consagrados no PBDCT, deverão oferecer, proximamente,



resultados extremamente significativos para a economia nacional, uma vez que o entrosamento direto exercido com os meios empresariais, órgãos governamentais do setor e as principais entidades de pesquisa do País possibilitará ao BNDE dinamizar, de forma eficiente e proveitosa, as atividades básicas do campo da tecnologia, de modo a alcançar-se saltos qualitativos de elevada expressividade nesse setor prioritário.

Devido às modificações introduzidas na mecânica operativa do FUNTEC e a outros fatores, registrou-se em 1974 a aprovação de 22 operações à conta desse programa, totalizando a cifra de Cr\$ 92,6 milhões.

## AÇÃO REGIONAL

Sob a ótica de sua estruturação regional, a ação financiadora em 1974 registrou a presença do BNDE em todas as regiões e anotou significativos crescimentos em relação aos montantes gerais de recursos atribuídos às diversas áreas geo-econômicas. No que tange às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os respectivos volumes de operações aprovadas assinalaram incrementos de 26%, 78% e 122%, comparativamente aos totais deferidos em 1973. Quanto às Regiões Sudeste e Sul, os aumentos verificados foram de 185% e 158%, respectivamente, refletindo naturalmente o próprio estágio de desenvolvimento dessas duas regiões, demandando crescentes e vultosos recursos para a sustentação de seu progresso sócio econômico, ao passo que recursos de monta originários de outras fontes destinam-se a atender especificamente à dinamização da economia das regiões menos evoluídas.

Esse quadro geral reflete-se na composição da participação das diversas regiões no volume global dos deferimentos realizados pelo Banco, com o Sudeste e o Sul absorvendo 57,5% e 16,2%, respectivamente, enquanto a participação das demais áreas abrangeu 12,9% para o Nordeste, 1,7% para o Centro-Oeste e apenas 0,8% para a Região Norte. Os restantes 10,9% correspondem à participação dos recursos canalizados para empreendimentos de interesse inter-regional, principalmente no setor de transportes.

O quadro apresenta a evolução da colaboração em moeda nacional aprovada pelo Banco no último quinquênio, segundo sua estrutura por Regiões geo-econômicas beneficiadas. No que se refere às operações de prestação de aval, 22,4% de seu montante vincularam-se, em 1974, a projetos localizados no Sudeste, 26,4% no Nordeste, 6,4% no Sul e 0,8% na Região Norte, ao mesmo tempo que as operações ligadas ao setor de transporte aéreo absorveram 43,6% do total.

Regiões	Colaboração Aprovada (Cr\$ milhões correntes) <sup>(1)</sup>				
	1970	1971	1972	1973	1974
Norte	20,7	24,4	35,9	131,3	165,0
Nordeste	231,8	306,0	622,0	1.473,3	2.614,7
Sudeste	1.197,8	2.103,6	2.638,8	4.108,9	11.704,0
Sul	322,0	640,6	995,2	1.278,2	3.301,8
Centro-Oeste	26,6	38,7	312,7	157,7	350,2
Inter-regional	65,7	104,3	265,3	358,6	2.205,1
BRASIL	1.864,6	3.217,6	4.869,9	7.508,0	20.340,8

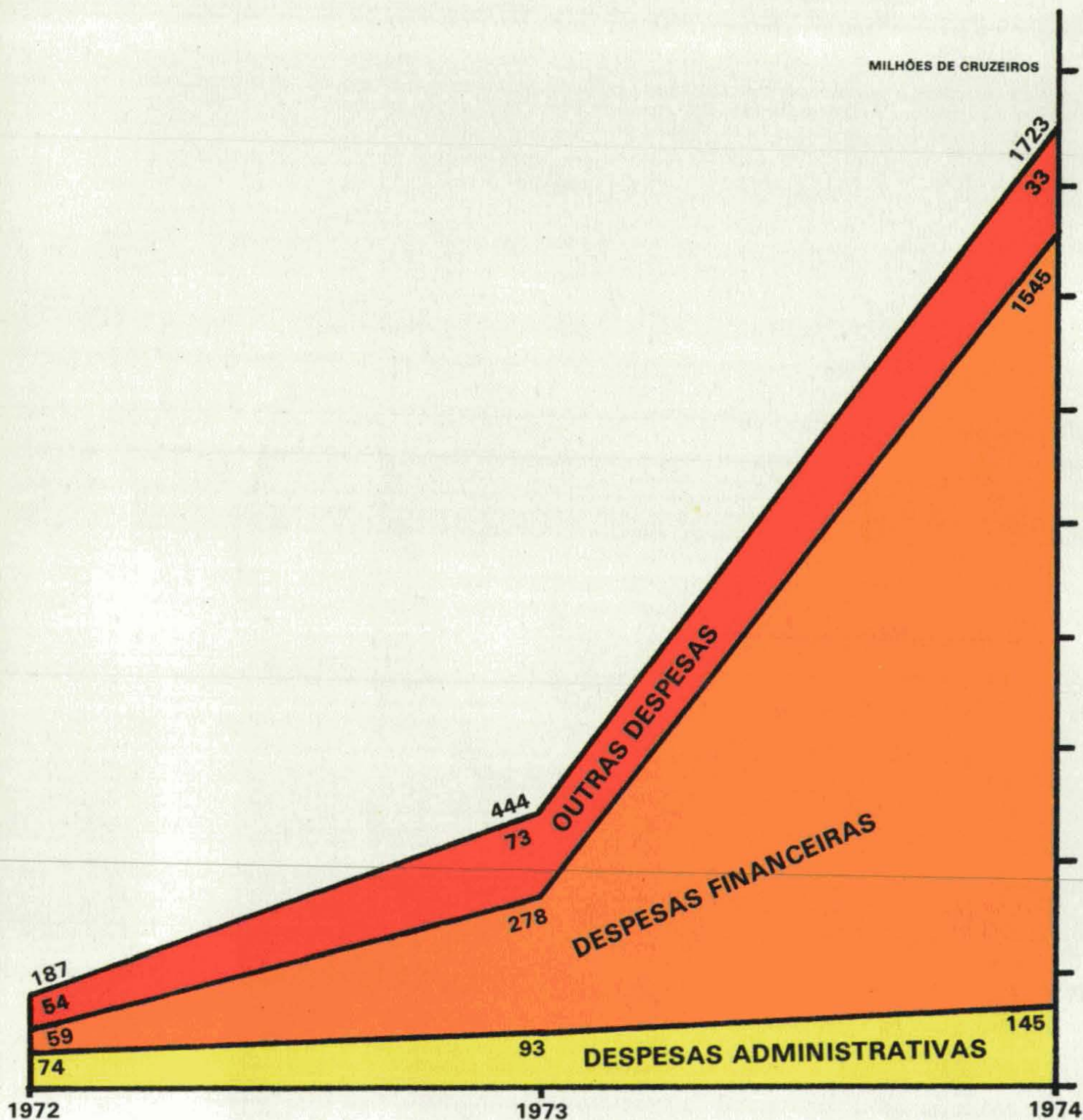
(1) Inclusive FINAME.

A conjugação dos dados da distribuição regional da ação financiadora de 1974 com os das modalidades operacionais utilizadas oferece os resultados que figuram no quadro.



# BNDE

## EVOLUÇÃO DO VALOR DAS DESPESAS-1972/1974





Modalidades	Valor da Colaboração Aprovada em 1974						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Inter-Regional	BRASIL
<b>A – Em moeda Nacional (Cr\$ milhões)</b>							
FRE (1)	70,1	2.192,5	7.359,0	1.742,8	212,0	1.722,6	13.299,0
FIPEME	–	27,3	47,1	132,5	–	40,0	246,9
POC	47,3	104,7	563,2	568,4	–	292,9	1.576,5
FMRI	26,6	115,4	904,9	128,9	78,3	102,1	1.356,2
PROGIRO	7,0	6,5	196,3	55,1	–	–	264,9
FUNTEC	–	5,9	52,7	26,3	–	7,7	92,6
Outros (2)	–	–	–	9,0	–	39,8	48,8
TOTAL-BNDE	151,0	2.452,3	9.123,2	2.663,0	290,3	2.205,1	16.884,9
FINAME	14,0	162,4	2.580,8	638,8	59,9	–	3.455,9
TOTAL-BNDE/FINAME	165,0	2.614,7	11.704,0	3.301,8	350,2	2.205,1	20.340,8
<b>B – Prestação de Aval (US\$ milhões)</b>							
	2,7	83,3	90,9	22,8	–	154,8	354,5

(1) Inclusive PROTERRA. – (2) Inclui o FUMCAP e CEBRAE.

Por último, sob o ponto de vista de sua estrutura setorial, a distribuição regional da ação financiadora de 1974 acha-se sintetizada no quadro, onde fica evidenciada a ampla diversificação da assistência creditícia do Banco a todas as regiões do País.

Setores Beneficiados	Colaboração Aprovada em 1974 (Cr\$ milhões)						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Inter-Regional	BRASIL
Serviços de Utilidade Pública	20,0	216,9	1.645,4	475,5	128,5	820,6	3.306,9
Mineração e Pesquisa Mineralógica	6,1	0,5	1,2	129,0	–	181,5	318,3
Indústria de Transformação	95,2	2.134,4	7.093,3	2.007,6	78,7	1.060,0	12.469,2
Agricultura, Alimentação e Abastecimento	29,7	79,5	307,6	24,6	83,1	115,0	639,5
Pesquisas Técnico-Científicas	–	5,9	52,7	26,3	–	7,7	92,6
Outros	–	15,1	23,0	–	–	20,3	58,4
TOTAL BNDE	151,0	2.452,3	9.123,2	2.663,0	290,3	2.205,1	16.884,9
FINAME (Total)	14,0	162,4	2.580,8	638,8	59,9	–	3.455,9
TOTAL BNDE/FINAME	165,0	2.614,7	11.704,0	3.301,8	350,2	2.205,1	20.340,8

## RECURSOS MOBILIZADOS

A abertura de novas áreas de ação financiadora constitui a principal característica do desempenho operacional do BNDE, exigindo, por isso mesmo, simultânea ampliação da mobilização dos recursos administrados pela Entidade, com vistas a atender aos comprometimentos de desembolsos relativos a projetos aprovados anteriormente e aos novos compromissos resultantes de deferimentos no próprio exercício.

Importa realçar, por outro lado, que a inovação de ordenar uma ação programada para o Banco, consubstanciada em Plano de Ação de longo prazo, abrangendo o quinquênio 1974/1978 e enfeixando objetivos e diretrizes pré-fixados através de diversos programas e subprogramas voltados para atividades fundamentais da economia, permitiu uma ordenação adequada e eficiente quanto aos deferimentos e às aplicações dos recursos disponíveis em termos de apoio aos investimentos reclamados por setores essenciais ao desenvolvimento do País.



Os recursos mobilizados exclusivamente pelo BNDE, em 1974, alcançaram a expressiva cifra de Cr\$ 10.909 milhões, representando um crescimento de cerca de 136% – ou de 87% em valores reais – sobre o total do ano anterior. A esse valor deve-se acrescentar o volume de recursos mobilizados através da subsidiária FINAME.

Do montante mobilizado diretamente pelo Banco, 93,3% foram constituídos de recursos de origem nacional e apenas 6,7% de fundos supridos por fontes externas.

A parcela mais significativa do montante mobilizado no País integrou-se de financiamentos concedidos por entidades governamentais através de convênios visando à aplicação desses recursos pelo BNDE. Cabe ressaltar especialmente os recursos oriundos do FGTS, fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, no valor de Cr\$ 1.850 milhões, e os atendidos pelo Banco Central do Brasil, através dos fundos da Reserva Monetária, somando Cr\$ 1.450 milhões, os quais, responderam globalmente por 70% do total da rubrica.

Aspecto marcante em 1974, na parte de mobilização de recursos, correspondeu ao início das aplicações, pelo BNDE, dos importantes fundos arrecadados à conta dos Programas PIS e PASEP, repassados de acordo com a Lei Complementar n.º 19 e que, atingindo a cifra global de Cr\$ 2.259 milhões, equivalente a 20,7% do montante mobilizado no exercício, constituem reforço ponderável ao volume de recursos administrados pelo Banco.

Os aportes de origem estrangeira foram representados em ampla margem – isto é, 84% do seu total – pelos empréstimos obtidos junto ao Libra Bank e ao Morgan Guaranty Trust Co., enquanto os financiamentos concedidos pela AID e pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) participaram com os restantes 16% do total de procedência externa.

Tendo em conta os agrupamentos setoriais considerados na programação da ação financiadora do BNDE, o desdobramento dos desembolsos diretamente autorizados pelo Banco em 1974, que figura no quadro, permite uma visão geral da importância do desempenho da Entidade em termos de contribuição ao desenvolvimento dos setores fundamentais da economia nacional.

Programas	Desembolsos Autorizados em 1974	
	Cr\$ milhões	%
Insumos Básicos	3.506	33,2
Equipamentos Básicos	1.384	13,1
Fortalecimento da Empresa Privada Nacional	3.016	28,5
Fomento Regional	23	0,2
Infra-estrutura	1.262	11,9
Desenvolvimento Tecnológico	174	1,6
Consumo de Base	399	3,8
Outros projetos	811	7,7
TOTAL	<u>10.575</u>	<u>100,0</u>

## ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Último ponto a ressaltar quanto ao desempenho geral da Empresa pública BNDE em 1974 é no sentido de que, também, do ponto de vista institucional, foram alcançados iguais resultados positivos, dentro da preocupação de agilizar a atuação da Entidade em perfeita sintonia com os rumos e objetivos do desenvolvimento brasileiro configurados no PND. Assim, além das inovações introduzidas na mecânica operacional do Banco, referidas neste relatório, registrou-se um esforço paralelo de adaptação e aperfeiçoamento das condições de seu funcionamento, mediante, principalmente, a consecução de medidas organizacionais e administrativas, de adequação do quadro de pessoal às novas responsabilidades do Banco e de perfeito relacionamento com os demais organismos do Governo e o meio empresarial.



## **Direção Superior**

O **Conselho** do Banco, ao final de 1974, estava integrado por nove membros, além do Presidente da Casa, também seu Presidente. A composição do Conselho foi alterada no decorrer do exercício com a investidura de seis novos Conselheiros. A **Diretoria**, composta de seis membros, inclusive o Presidente, teve dois de seus atuais membros nomeados no exercício. O Conselho Fiscal, sem alterações, está constituído de três membros efetivos e três suplentes.

## **Organização Interna**

A estrutura organizacional interna, que entrou em funcionamento em 1973, continuou atendendo satisfatoriamente aos trabalhos gerais do Banco, introduzindo-se aperfeiçoamentos indispensáveis à ampliação verificada no campo de atuação da Entidade, porém sem afetar a estruturação básica da Casa, que continua assentada em cinco áreas principais, vinculadas à Presidência, tendo sua gestão confiada a Diretor ou Gerente Executivo e integrando-se de unidades e subunidades administrativas com designações e competências específicas. Essas áreas básicas são as de Planejamento, de Representação, de Projetos Industriais, de Operações Conjuntas e de Serviços Gerenciais.

## **Recursos Humanos**

O ano de 1974 marcou uma importante fase nas atividades de recursos humanos do BNDE, tendo a Administração dinamizado uma série de iniciativas num esforço de adequação quali-quantitativa do quadro de empregados às novas dimensões e responsabilidades assumidas pela Empresa.

No campo de recrutamento e seleção, foram realizados 19 processos seletivos para diversas carreiras, visando atrair novos e experimentados profissionais, ao mesmo tempo que também se realizou seleção pública para cargos de nível médio, num regime de igualdade de oportunidades para candidatos de todo o País. Por sua vez, foram promovidos 52 projetos de treinamento de pessoal, diretamente pelo Banco ou através de entidades especializadas, perfazendo o total de 1.521 horas/aulas ministradas, com ênfase para as carreiras técnicas das áreas operacionais. Deu-se grande relevo ao Programa de Desenvolvimento de Executivos, mediante a promoção de cursos especiais para chefias de todos os níveis.

A administração de pessoal foi beneficiada por inovações visando ao aprimoramento dos sistemas básicos de pessoal, com a introdução de prática de processamento de dados possibilitando estudos de maior profundidade para o aperfeiçoamento da política administrativa da Entidade. Um Plano de Lotação de Pessoal foi instituído para atender melhor ao dimensionamento necessário dos trabalhos nos próximos exercícios, padronizando a sistemática de remanejamento de pessoal.

Na área de assistência médico-social, previdenciária e hospitalar, enfatizou-se em 1974 a política de assistência e benefícios, estabelecendo-se exames médicos periódicos e inventário permanente de saúde do quadro de empregados, do mesmo modo que foram ativadas providências relacionadas com a próxima instituição da Fundação de Seguridade Social do BNDE, para assistir aos empregados e complementar sua aposentadoria. Incentivou-se em suplemento a assistência previdenciária e os mecanismos de assistência médica aos empregados, criando-se, ainda, plano especial de seguro em grupo. No campo de comunicação foi estimulada a publicação de material informativo de interesse geral, através de periódicos de circulação interna, destinados a manter o quadro de pessoal perfeitamente integrado com os objetivos da Entidade.

Finalmente, na área de política de pessoal, foi elaborado plano global para desenvolvimento dos recursos humanos para o período 1975/1978.

No final de 1974, a composição do quadro de pessoal do BNDE estava constituída da maneira indicada na tabela:



Especificação	Quadro de Pessoal do BNDE - 1974		
	Em exercício	Afastados	Total
<b>Distrito Federal</b>			
QPP/QSP	7	-	7
Outros	2	-	2
<b>Guanabara</b>			
QPP/QSP	459	78	537
Outros	414	5	419
<b>São Paulo</b>			
QPP/QSP	6	-	6
Outros	8	-	8
<b>Nordeste</b>			
QPP/QSP	3	-	3
Outros	18	-	18
<b>TOTAL</b>	917	83	1.000

A reorganização e a modernização industrial, objetivos básicos do BNDE, respondem por grande parte da eficiência e do crescimento do parque manufatureiro nacional.



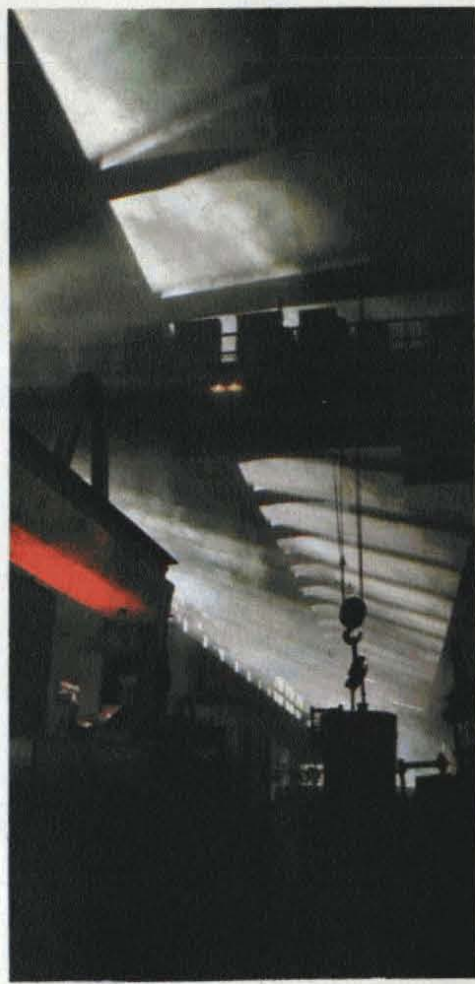
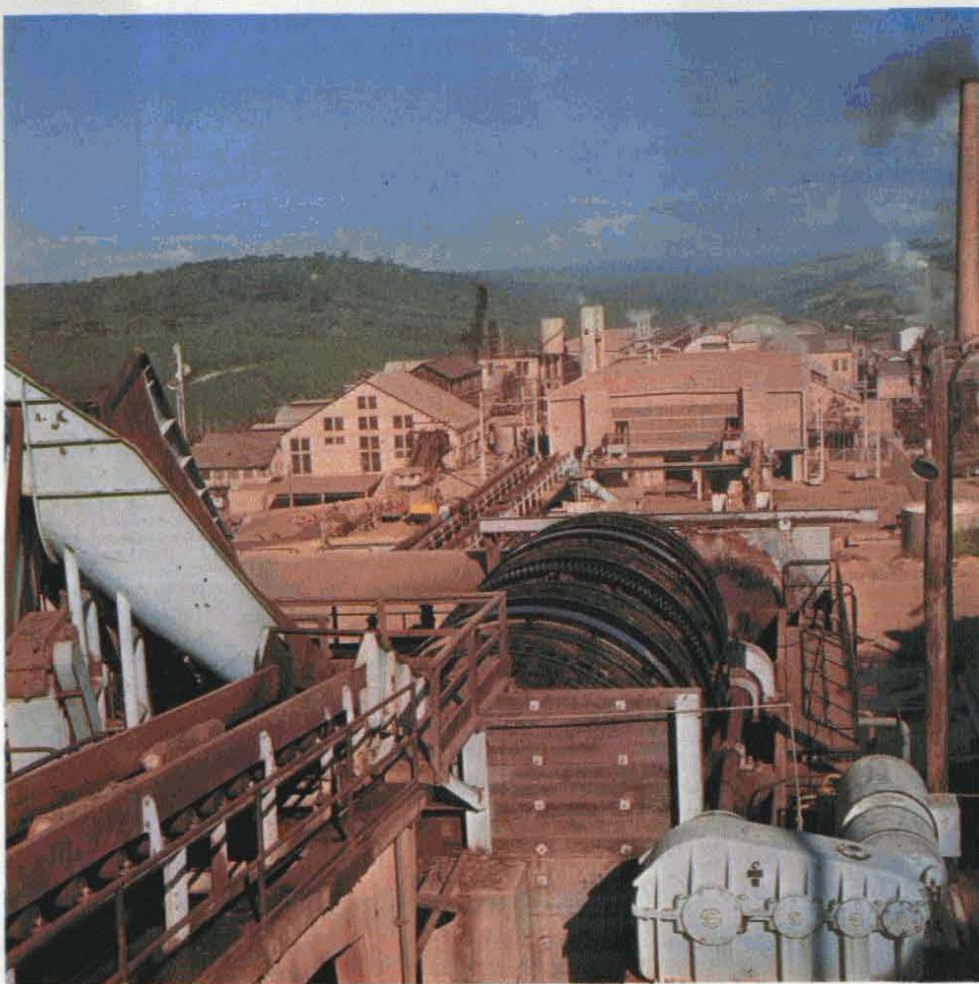


## Unidades Regionais

A Representação no Distrito Federal e os Escritórios regionais de São Paulo e Recife – o último instalado em 1973 – mantiveram suas atividades em níveis de alta eficiência e produtividade, em consonância com a ampliação do desempenho geral do Banco. Dentre os trabalhos desenvolvidos pela RDF salientaram-se os de assessoramento parlamentar do BNDE e acompanhamento de proposições de seu interesse, de relacionamento com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e outros órgãos do Governo, de acompanhamento de feitos relacionados com o Banco em tramitação na esfera do Poder Judiciário, etc. O Escritório de Recife e o Escritório de São Paulo ampliaram significativamente sua atuação, destacando-se o relacionamento com entidades governamentais e privadas, a orientação a postulantes de colaboração financeira do BNDE, o assessoramento às diversas unidades da Casa sobre a situação de projetos financiados e a divulgação das atividades da Entidade.

A FIBASE – uma das subsidiárias do BNDE para apoio ao empresário nacional – já desenvolve uma atividade intensa no financiamento do setor siderúrgico, em particular, na produção de aços especiais.

A exploração da celulose no Paraná foi especialmente favorecida pelo BNDE, que ofereceu financiamentos vultosos à iniciativa particular para a eliminação de plantas industriais obsoletas, e substituição por equipamentos modernos, com sensíveis economias de custo.





## **Outras Atividades**

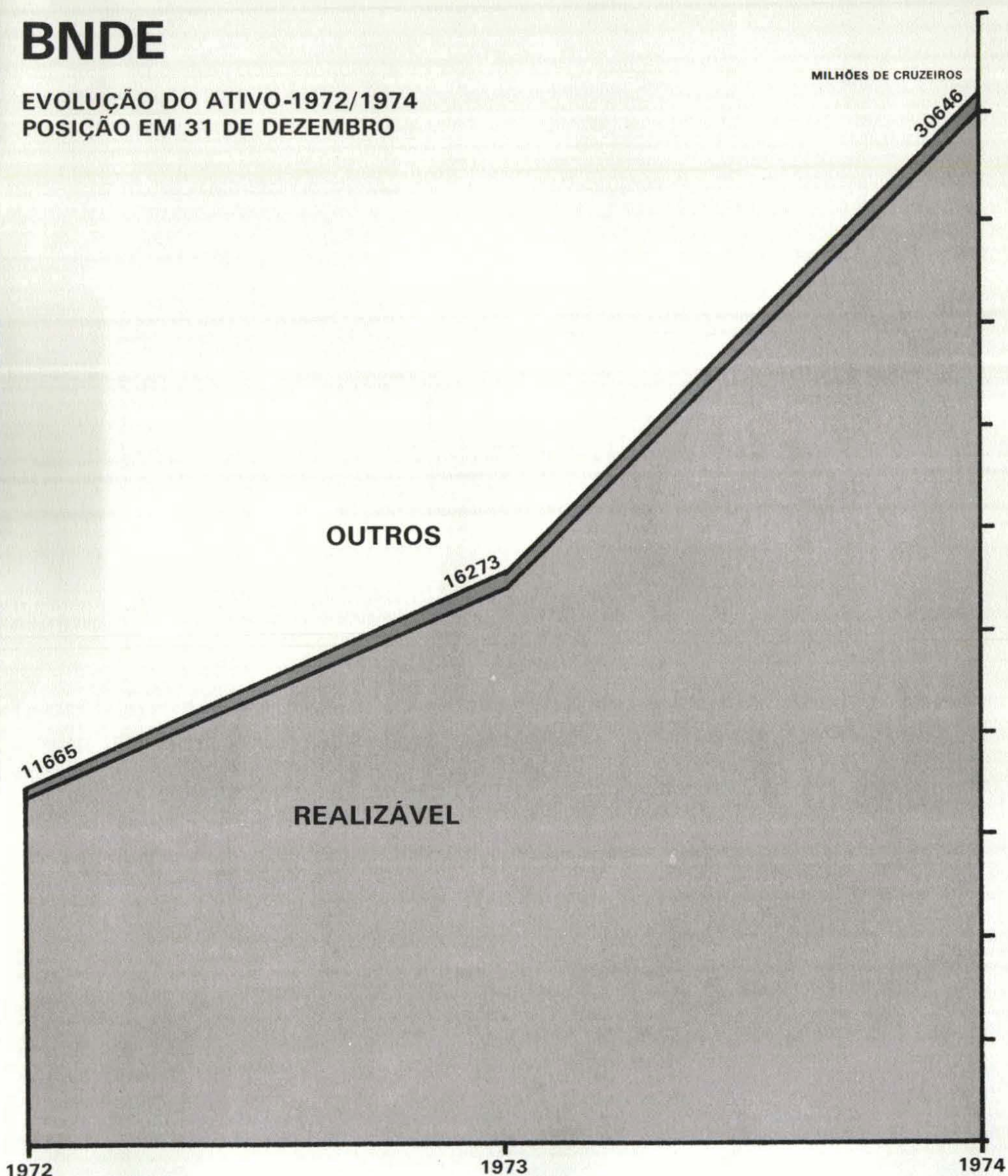
No que se refere a inúmeras outras atividades empreendidas em 1974, merecem ser destacadas: a realização direta, condução e/ou contratação e participação em trabalhos de elaboração de estudos técnicos necessários ao melhor conhecimento da economia brasileira para fins de atuação da Entidade; a participação, através de dirigentes ou técnicos, dos trabalhos regulares ou especiais desenvolvidos no âmbito de outros órgãos e entidades vinculados ao desenvolvimento setorial e regional do País; a realização de seminários e eventos semelhantes reunindo participantes do próprio Banco e de outros órgãos e entidades governamentais e do meio empresarial, com a finalidade de caracterizar as condições de maior participação da ação estimuladora do Banco em setores vitais da economia.



# BNDE

EVOLUÇÃO DO ATIVO-1972/1974  
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

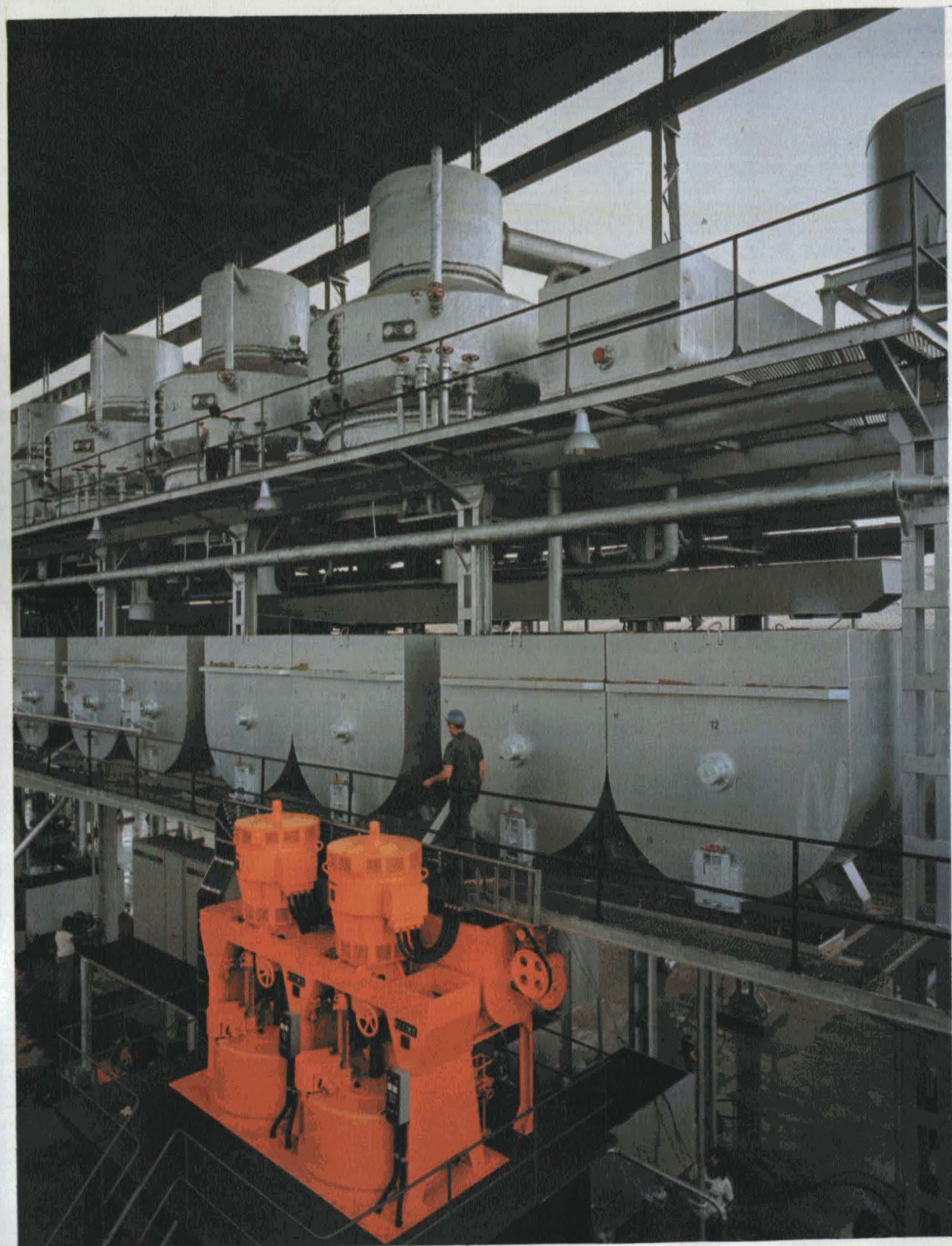
MILHÕES DE CRUZEIROS





Com o apoio do BNDE, a indústria nacional já pode oferecer equipamentos pesados a diversos ramos da produção, evitando importações.







## **4. Programa de ação para 1975**



Os propósitos fundamentais consagrados no Plano Nacional de Desenvolvimento quanto à sustentação do ritmo do processo de desenvolvimento econômico do País, no período 1975/1979, mediante a obtenção de elevadas taxas de crescimento, tornam implícitas as necessidades de expandir a capacidade instalada de setores essenciais da atividade econômica, além de medidas destinadas a enfrentar os entraves configurados no setor externo da economia.

O PND consolidou linhas de ação, diretrizes e metas de sentido global e setorial, objetivando a que o PIB alcance o patamar de 90 bilhões de dólares em 1978 e o PIB **per capita** ultrapasse, em 1979, a barreira dos 1.000 dólares. Esse marco na trajetória econômica que se pretende alcançar no próximo quinquênio traduzem a necessidade de estimular e viabilizar decisões de investimento na economia, sem o que estará comprometida a luta de construção e consolidação deste novo estágio do progresso sócio-econômico nacional.

A ação do BNDE torna-se extremamente importante e decisiva nesse quadro geral, tanto mais ao se ponderar que:

- a Entidade já é responsável pela ordenação de cerca de 20% dos investimentos anuais do País. Com efeito, considerando que o investimento fixo bruto em 1974 deve ter se situado ao redor de US\$ 14 bilhões, enquanto que o desembolso direto do BNDE - não computadas as operações de garantias e o efeito das aplicações das suas subsidiárias - correspondeu a US\$ 1,4 bilhão, tem-se que o volume total das inversões englobadas nos projetos aprovados pelo Banco foi equivalente a US\$ 2,8 bilhões, tendo-se em conta a participação média de 50% para sua colaboração em cada projeto, ou seja, para cada 1 cruzeiro aplicado correspondendo a igual valor para a participação do próprio empresário;
- é proeminente a ação do BNDE em prol do progresso industrial do País, orientando-se mais de 80% dos recursos aplicados diretamente para o setor secundário da economia. Resulta daí que sua participação relativa na formação bruta de capital em benefício do setor assume relevância marcadamente expressiva para a economia em conjunto. As taxas médias de crescimento para a indústria de transformação, no mínimo de 12% a.a. para o período 1975/79, corroboram a intenção do Governo de que este segmento de atividade atue como o principal vetor do processo de expansão econômica;

- o BNDE caracteriza-se como o instrumento de ação hábil com que conta o Governo para desenvolver o atual parque nacional produtor de equipamentos, bem como para suprir insuficiências existentes na produção interna de expressivo elenco de insumos básicos. Estas prioridades nacionais são marcantes para os próximos anos, uma vez que, por essa via, estarão assegurados efeitos positivos no tocante à ampliação da capacidade de importar do País e na sustentação do dinamismo requerido do setor industrial.

O estabelecimento da programação das atividades do BNDE para 1975 considerou como prioridades de primeiro plano:

- o atendimento dos objetivos permanentes do Banco, consagrados no seu Plano de Ação para 1974/1978;
- a compatibilização das prioridades nacionais ao alcance do BNDE, consubstanciadas nos planos setoriais e regionais de Governo;
- a responsabilidade do Banco na formação bruta de capital fixo, ao lado da necessidade de viabilização de empreendimentos registrados no II PND e no Plano de Ação;
- o conhecimento da demanda de crédito dos diversos setores de atividade econômica, oriunda de clientes tradicionais e a resultante de mutuarios potenciais;
- a intenção de orientar a oferta de fundos, para desembolso do BNDE, segundo a prevalência atribuível por regiões, setores, empresas e iniciativas específicas.



A ação do Banco programada para 1975 retrata, em última análise, as ênfases especiais assumidas para atender às necessidades da economia, tendo por implícito o conhecimento relativo à ordenação dos prováveis fluxos financeiros nacionais para investimentos, seja nos setores em que está reservada ao Banco ação meramente complementar, seja naquelas atividades onde sua atuação é decisiva.

Assim, a oferta de fundos em 1975 deve alcançar montante da ordem de Cr\$ 21.600 milhões, cifra representativa de cerca de 20% da formação bruta de capital fixo na economia brasileira. Os principais programas a serem atendidos estão descritos a seguir na forma de primeira indicação, a ser confirmada pela respectiva demanda setorial.

**O Programa de Insumos Básicos** representa cerca de 38,1% da previsão dos desembolsos do BNDE em 1975, tendo a alocação de Cr\$ 8.250 milhões para atender a projetos de mineração e siderurgia. O setor de mineração e pesquisas mineralógicas ainda se constitui em um dos mais atrasados da economia brasileira, apresentando, entretanto, perspectivas favoráveis de desenvolvimento, em função das pesquisas minerais a serem intensificadas. São exemplos as atividades relacionadas a alguns projetos de grande porte, como o de Trombetas (bauxita) e o de Carajás (minério de ferro), todos requerendo maior aporte de recursos. Quanto à Siderurgia, a implantação do estágio III do Plano Siderúrgico Nacional continua demandando expressiva aplicação de recursos em moeda nacional para a compra de equipamentos e realização de obras e serviços.

Na programação de Insumos Básicos convém ainda observar, para 1975, as seguintes ações específicas:

- **Metalurgia de Não-Ferrosos:** a descoberta de jazidas e a progressiva solução de problemas de tecnologia industrial redundam no amadurecimento de iniciativas que devem ser amparadas financeiramente;
- **Química e Petroquímica:** o cumprimento de convênio firmado para implantação do Polo Petroquímico de Camaçari (BA) e o apoio a outros empreendimentos no campo da química;
- **Fertilizantes:** a necessidade de suprir, com adubos e corretivos, a agricultura brasileira, paralelamente com a busca de auto-suficiência, face as condições de preços e de abastecimento vigentes no mercado internacional;
- **Celulose e Papel:** o elenco de grandes projetos em fase inicial de implantação pode assegurar condições excepcionais de exportação e justificam prioridades corroboradas pelo estreitamento da capacidade de importar;
- **Cimento:** a manutenção dos níveis de apoio registrados nos últimos anos decorre da inibição setorial, resultante da rentabilidade por que passa o setor.

**O Programa de Equipamentos Básicos**, por sua vez, deverá absorver cerca de Cr\$ 4.750 milhões de desembolsos em 1975, compreendendo subprogramas de bens de capital sob encomenda, bens de capital seriados e outros equipamentos e peças, inclusive componentes para indústria mecânica, além de repasses à FINAME e à EMBRAMEC. Este segmento industrial torna-se prioritário no estágio atual de desenvolvimento do País, em decorrência do dinamismo que a intensificação da produção interna gera na economia e pela possibilidade de concorrer, de forma expressiva, para o alargamento da nossa capacidade de importar.

Estima-se que o Brasil despendeu, em 1974, cerca de US\$ 4,0 bilhões com importações de máquinas e equipamentos, registrando-se, nos últimos anos, elevadas taxas de crescimento dessas compras no exterior. Acresce que a incorporação de substancial acervo de "know-how" ao parque industrial brasileiro será outra consequência do desenvolvimento do setor. As subsidiárias FINAME e EMBRAMEC, através seus mecanismos de operação, compõem o quadro de suporte financeiro requerido por este Programa.

**O Programa de Fortalecimento da Empresa Privada** prevê desembolsos



através do FMRI, do PROGIRO, da IBRASA e do POC, que representam mecanismos adequados para apoio ao empresariado nacional, notadamente no que diz respeito às empresas industriais não relacionadas em programas específicos e carentes de capital de trabalho. O aporte, à conta de capital, para impedir endividamento exagerado das empresas industriais, é atendido pela IBRASA.

Afora os três programas descritos, para os quais estima-se desembolsos totais de Cr\$ 17.350 milhões, equivalentes a mais de 80% do montante global, também é considerada a destinação de Cr\$ 2.250 milhões ao **Programa de Infra-estrutura**, orientados preferencialmente para ferrovias, restando Cr\$ 2.000 milhões para distribuição entre programas de **Fomento Regional, Consumo de Base, Desenvolvimento Tecnológico e** substancial número de projetos isolados pertencentes a diversos setores. Segundo o Plano de Desembolsos para 1975, o BNDE deve alcançar balanceamento de fundos de aplicação segundo rígidos critérios econômicos, atentando, a um só tempo, para os aspectos mais evidentes da economia, sob os pontos de vista da ênfase inter-setorial, setorial e regional, e para as necessidades de investimentos em capital fixo e de trabalho, além de contemplar os problemas de geração de divisas, o fortalecimento do setor privado, o desenvolvimento do empresariado nacional e o aprimoramento tecnológico.

Os desembolsos previstos para 1975 asseguram o atendimento de compromissos pretéritos e de novas responsabilidades, dentro dos limites requeridos pela economia, obedecendo requisitos de segurança bancária fixados pela Instituição e Autoridades Monetárias, explicando-se a expansão creditícia como decorrência da maior demanda de recursos geridos pelo Banco, através de reorientação de pedidos de colaboração financeira anteriormente encaminhados para recursos provenientes do PIS e PASEP, além do fato da subsidiária FINAME suprir a demanda de recursos com novos mecanismos e instrumentos criados pelo Governo.

De acordo com os níveis de novos desembolsos a serem realizados, justificados do ponto de vista macroeconômico, também se cogita aprovar, em 1975, volume de novas operações constantes do Plano de Deferimentos, englobando compromissos no montante de Cr\$ 28,7 bilhões e cuja aplicação em bases bancáveis, no ano vindouro e subsequentes, destina-se a projetos econômica e financeiramente viáveis. O Plano de Deferimentos é indicativo, devendo ser alterado em função de variáveis de relevância nacional e setorial.

Diante de eventuais alterações no Plano de Deferimentos, cuja mobilidade é consequência, inclusive, de decisões dos próprios empresários, o BNDE procura evitar eventual inércia de recursos, procedendo a ajustamentos do nível de deferimentos. Acresce referir que o nível previsto de deferimentos tem em conta: os ingressos firmes, a exemplo dos recursos PIS/PASEP; o largo período de maturação de muitos dos projetos a aprovar em 1975, representando diluição de compromissos por vários anos; e a intensificação do retorno de financiamentos em níveis crescentes.

Por outro lado, a viabilização da execução dos desembolsos programados para 1975 conta com a possibilidade de mobilização de recursos, supridos em proporções cada vez maiores por empréstimos internos e externos e compreendendo os seguintes itens básicos:

- recursos de geração interna: retorno de capital mutuado, corrigido monetariamente; saldos operacionais; monetização de ativos e saldo de caixa do exercício anterior;
- recursos de origem nacional: dotação orçamentária; reservas técnicas de seguradoras; créditos internos não vinculados; créditos internos vinculados e os fundos administrados PIS/PASEP, compondo a maior parte do perfil de recursos;
- fundos de origem estrangeira, sob a forma de linhas de crédito destinadas ao financiamento de importações e empréstimos em moeda



calculados com base na posição de desembolso dos disponíveis dos contratos em execução e na previsão de captação de recursos, pelo Banco, no mercado internacional de capitais.

Além do mais, a estrutura de recursos prevista para 1975 prevê imobilização de substancial ingresso de recursos de custo baixo, capaz de influir na redução do custo médio da captação, a fim de que o BNDE possa continuar a exercer condições de empréstimos e de juros estimulantes em seus programas prioritários.

Em relação aos créditos externos, os desequilíbrios registrados no mercado internacional de capitais condiciona naturalmente o montante de recursos a contratar, na dependência das condições oferecidas quanto a prazos e a custos. Por conseguinte, foi considerada razoável a hipótese de que tais créditos em 1975 assumam níveis idêntidos aos autorizados no ano anterior. Os quadros a seguir sintetizam as previsões estabelecidas para 1975, relativamente aos Programas de Deferimentos e Desembolsos e ao Programa de Recursos e de Aplicações.

#### **BNDE – PROGRAMA DE RECURSOS E DE APLICAÇÕES PARA 1975**

RECURSOS/APLICAÇÕES	VALOR (Cr\$ milhões)
<b>A) RECURSOS</b>	
1 – DE GERAÇÃO INTERNA	<u>2.100</u>
• Retorno de Financiamentos	1.550
• Saldo Operacional	300
• Monetização de Ativos e Outras Receitas	200
• Saldo do Exercício Anterior	50
2 – DE ORIGEM NACIONAL	<u>19.300</u>
• Dotação Orçamentária	800
• Créditos Internos não Vinculados	7.000
• Créditos Internos Vinculados	500
• Fundos Administrados	<u>11.000</u>
PIS	7.000
PASEP	4.000
3 – DE ORIGEM EXTERNA	<u>900</u>
• Financiamentos	400
• Créditos Externos Autorizados	500
<b>TOTAL</b>	<u>22.300</u>
<b>B) APLICAÇÕES</b>	
1 – Desembolsos	21.600
2 – Imobilizações	350
3 – Amortização de Empréstimos	300
4 – Reserva de Caixa	50
<b>TOTAL</b>	<u>22.300</u>

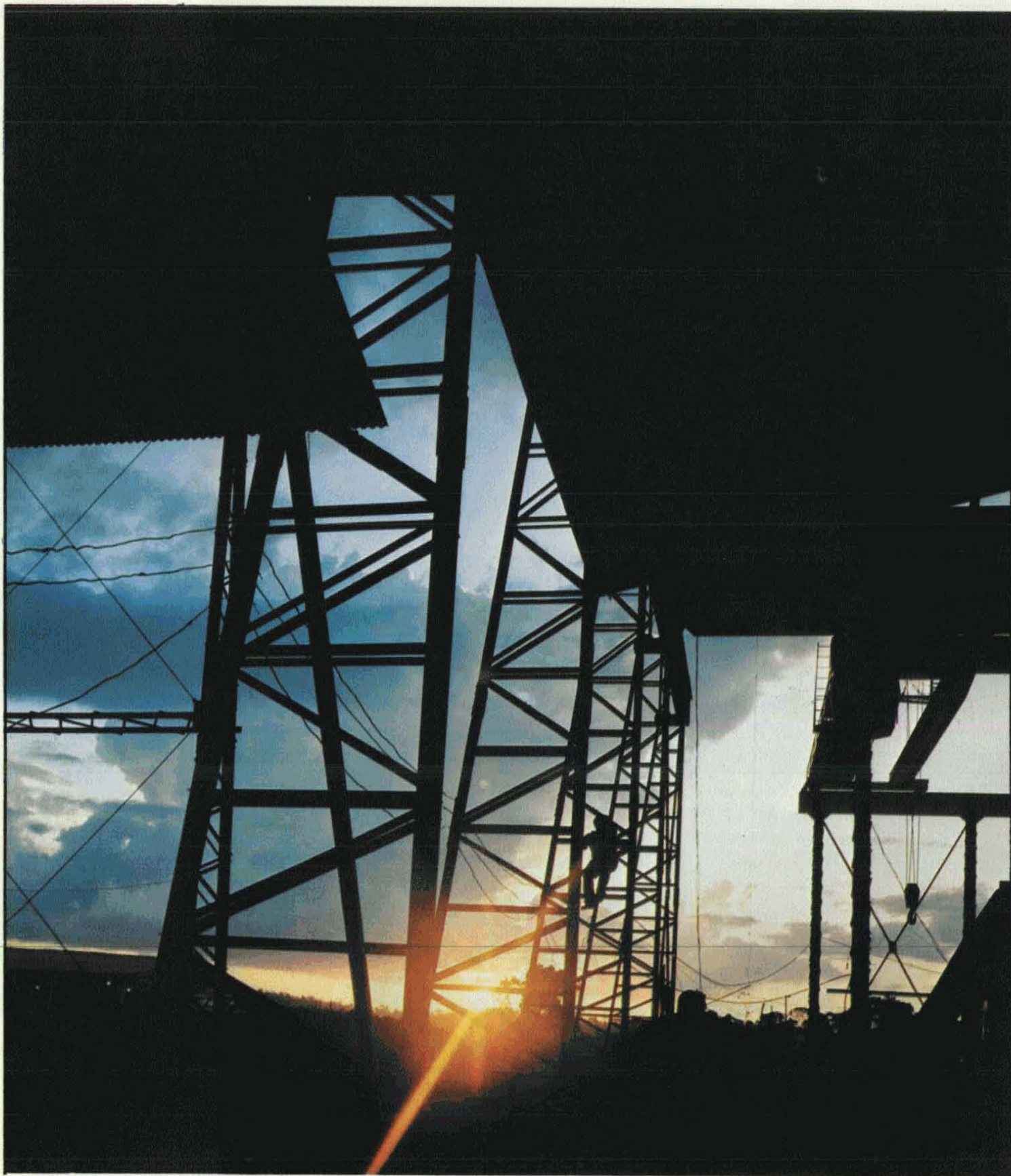


**BNDE – PROGRAMA DE DEFERIMENTOS E DESEMBOLSOS PARA 1975**

SUBPROGRAMAS	DEFERIMENTOS		DESEMBOLSOS	
	Valor (Cr\$ milhões)	%	Valor (Cr\$ milhões)	%
1. Insumos Básicos	13.000	45,3	8.250	38,1
2. Equipamentos Básicos	5.500	19,2	4.750	22,0
3. Fortalecimento da Empresa				
Privada Nacional	4.650	16,2	4.350	20,2
4. Fomento Regional	1.150	4,0	500	2,3
5. Infraestrutura	2.500	8,7	2.250	10,4
6. Desenvolvimento Tecnológico	200	0,7	250	1,2
7. Consumo de Base	450	1,6	250	1,2
8. Outros Projetos	1.250	4,3	1.000	4,6
TOTAL GERAL	<u>28.700</u>	<u>100,0</u>	<u>21.600</u>	<u>100,0</u>



## 5. Balanço Geral



Com o apoio do BNDE, as empresas nacionais estão produzindo linhas completas de equipamentos pesados, tais como usinas de beneficiamento de lixo e unidades para a produção de açúcar e álcool.



## NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

1 - **Modalidades operacionais** - Sob o título de Empréstimos e Financiamentos está discriminado o estado da dívida dos beneficiários da atividade financiadora do Banco, exercida sob a forma tradicional. No decurso do exercício de 1974 esses desembolsos somaram Cr\$ 10.575 milhões. No tocante às participações societárias, os desembolsos atingiram a Cr\$ 1.267 milhões, estando, aí, incluído o valor de Cr\$ 600 milhões referentes às subscrições dos capitais das três novas subsidiárias do BNDE - IBRASA, EMBRAMEC e FIBASE - constituídas no 2.º semestre do exercício com a finalidade de fomentar o desenvolvimento através de participações minoritárias no não exigível das empresas.

2 - **Recursos do PIS e do PASEP** - O montante das transferências dos recursos do PIS e do PASEP - em obediência à Lei Complementar n.º 19, de 25/6/74 - efetuado no decorrer do exercício em foco, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, totalizou Cr\$ 2.259 milhões, enquanto que as aplicações somaram Cr\$ 2.198 milhões.

3 - **Capital** - O Capital do BNDE, no início do exercício, somava Cr\$ 5.069 milhões, valor esse aumentado para Cr\$ 9.000 milhões mediante a incorporação de parte das reservas existentes à época.

4 - **Plano de Contas** - Este é o primeiro exercício em que os balanços são apresentados em consonância com os modelos constantes do Plano de Contas para Bancos de Desenvolvimento. Eis que, por deliberação do Conselho Monetário Nacional, tomada em sessão de 17/5/1973, foi a aplicação desse Plano estendida ao BNDE.

5 - **Resultado Operacional** - O resultado operacional do BNDE em 1974, seguindo os critérios dos exercícios anteriores, foi de Cr\$ 421 milhões, cabendo o restante à atualização do capital mutuado que passou a transitar pela Lucros e Perdas, como decorrência da adoção do novo Plano de Contas, mencionado no item 4.



# Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

## Balanço Geral

Em 30 de junho de 1974

### ATIVO

Disponível 194.269.965,37

### Realizável

#### Empréstimos e Financiamentos

A Governos	35.208.382,13	
A Autarquias e Empresas Públicas	3.428.580.928,61	
A Sociedades de Economia Mista	3.872.692.374,70	
Ao Setor Primário Privado	86.373.550,35	
Ao Setor Secundário Privado	6.730.127.001,46	
Ao Setor Terciário Privado	<u>775.019.449,85</u>	14.928.007.687,10

#### Outros Créditos

Créditos em Liquidação	4.893,95	
Departamentos e Correspondentes no País	916.319.009,75	
Outros	<u>335.301.133,07</u>	1.251.625.036,77

#### Valores e Bens

Outros Valores	4.435.346.238,24	
Bens	<u>6.615.719,50</u>	20.621.594.681,61

#### Imobilizado

Imóveis de Uso e em Construção	78.237.421,32	
Móveis, Utensílios e Almojarifado	4.976.022,48	
Mecanização Avançada, Comunicação e Segurança	<u>11.534.532,39</u>	94.747.976,19

#### Resultado Pendente

Despesas de Exercícios Futuros		990.010,47
--------------------------------	--	------------

#### Contas de Compensação

20.045.995.722,74

40.957.598.356,38

Em 30 de junho de 1974

Marcos Pereira Vianna  
Presidente

Alberto dos Santos Abade  
Diretor

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues  
Diretor

Affonso José Guerreiro de Oliveira  
Diretor

Visto do Conselho Fiscal: Carlos Messias Barbosa      Hésia Martinez Edde



## PASSIVO

### Não Exigível

Capital	9.000.000.000,00	
Correção Monetária do Ativo	4.048.537,06	
Fundo de Reserva Legal	114.183.102,40	
Fundos de Reserva Especiais	2.652.361.059,24	
Fundo de Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios	15.200.195,30	
Fundo de Indenização Trabalhista	7.321.733,86	
Fundo de Previsão	337.510.411,42	12.130.625.039,28

### Exigível

#### Depósitos

Outros	4.636.031,94	
--------	--------------	--

#### Outras Exigibilidades

Credores Diversos – País e Exterior	319.545.104,79	
-------------------------------------	----------------	--

#### Obrigações Especiais

Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	47.130.765,53	
Obrigações Contraídas com Inst. Oficiais	4.893.515.363,11	
Obrigações Contraídas com o Poder Público	1.361.036.324,44	
Obrigações Contraídas no Exterior	2.075.045.661,00	
Imposto sobre Operações Financeiras	4.860.320,11	
Outras	344.770.107,13	8.416.358.541,32
		8.740.539.678,05

#### Resultado Pendente

Rendas e Lucros em Suspensão	40.437.916,31	
------------------------------	---------------	--

#### Contas de Compensação

20.045.995.722,74

40.957.598.356,38

Roberto Procópio de Lima Neto  
Diretor

Gilvan de Oliveira Azevedo  
Diretor

Nelcy Carlos Louro Pereira

Abelardo de Lima Puccini  
Chefe de Departamento Financeiro

Djarde Villaça  
Chefe da Divisão de  
Contabilidade e Controle  
Contador CRC-GB-9037  
CPF 004033267



**Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico**  
**Demonstração da Conta "Lucros e Perdas" – 1.º Semestre**

Em 30 de junho de 1974

**CRÉDITO**

**Rendas Correntes**

Rendas de Juros e Comissões	399.590.742,83	
Correção Monetária de Operações Ativas	1.057.376.472,33	
Rendas por Administração de Fundos	631.531,16	
Rendas por Variações Cambiais	99.408.277,22	
Rendas em Transações com Valores Mobiliários	<u>190.230.872,19</u>	1.747.237.895,73

**Outras Rendas**

Rendas Diversas	9.032.166,36	
Lucros	<u>490.603,30</u>	<u>9.522.769,66</u>

**TOTAL** 1.756.760.665,39

Em 30 de junho de 1974

Marcos Pereira Vianna  
Presidente

Alberto dos Santos Abade  
Diretor

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues  
Diretor

Affonso José Guerreiro de Oliveira  
Diretor

Visto do Conselho Fiscal. Carlos Messias Barbosa Hésia Martinez Edde



## DÉBITO

### Despesas Financeiras

Despesas de Juros e Comissões	228.908.297,50	
Despesas de Correção Monetária	91.422.605,09	
Despesas por Variações Cambiais	159.855.156,62	480.186.059,21

### Despesas Administrativas

Honorários da Diretoria e Conselhos	536.333,80	
Despesas com Imóveis não Destinados a Uso Próprio	11.440,00	
Despesas com Aperfeiçoamento de Pessoal	469.907,10	
Despesas de Instalações	68.685,78	
Despesas Gerais	5.370.562,53	
Despesas de Impostos e Taxas	85.789,10	
Despesas de Material de Expediente	321.681,30	
Despesas com Energia e Força	655.371,21	
Despesas com Sistema de Mecanização Avançada	109.350,93	
Despesas com Sistema de Comunicação	36.636,74	
Despesas com Sistema de Segurança	48.417,41	
Despesas com Imóveis de Uso Próprio	1.989.726,28	
Despesas com Viagens e Estadas	1.040.026,32	
Despesas com Publicidade e Publicações	877.650,61	
Despesas de Pessoal	28.189.305,95	
Encargos Sociais	12.004.620,94	51.815.506,00

### Outras Perdas

Amortização do Sistema de Mecanização Avançada	1.048.661,51	
Amortização do Sistema de Comunicação	22.733,46	
Amortização do Sistema de Segurança	2.821,95	
Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios	976.179,67	
Prejuízos	4.149.025,96	6.199.422,55

Subtotal 538.200.937,76

### Distribuição do Lucro Líquido:

Fundo de Reserva Legal	60.927.983,88
Fundos de Reserva Especiais	1.157.631.693,75
<b>TOTAL</b>	<b>1.756.760.665,39</b>

Roberto Procópio de Lima Neto  
Diretor

Gilvan de Oliveira Azevedo  
Diretor

Nelcy Carlos Louro Pereira

Abelardo de Lima Puccini  
Chefe de Departamento Financeiro

Djarde Villaça  
Chefe da Divisão de  
Contabilidade e Controle  
Contador CRC-GB-9037  
CPF 004033267



# Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

## Balanço Geral

Em 31 de dezembro de 1974

### ATIVO

Disponível 458.729.936,59

#### Realizável

##### Empréstimos e Financiamentos

A Governos 152.678.918,65

A Autarquias e Empresas

Públicas 4.549.537.945,78

A Sociedades de Econo-

mia Mista 6.787.648.428,40

Ao Setor Primário Privado 108.808.419,93

Ao Setor Secundário Privado 10.122.149.337,37

Ao Setor Terciário Privado 1.743.670.838,74 23.464.493.888,87

##### Outros Créditos

Créditos em Liquidação 5.817,95

Departamentos e Corres-

pondentes no País 834.412.218,69

Outros 29.239.890,96 863.657.927,60

##### Valores e Bens

Outros Valores 5.749.308.467,86

Bens 6.296.571,08 30.083.756.855,41

##### Imobilizado

Imóveis de Uso e em Construção 82.913.255,48

Móveis, Utensílios e Almojarifado 7.032.457,42

Mecanização Avançada, Comunicação e

Segurança 11.858.049,32 101.803.762,22

##### Resultado Pendente

Despesas de Exercícios Futuros 1.312.758,88

##### Contas de Compensação

31.307.058.801,85

61.952.662.114,95

Em 31 de dezembro de 1974

Marcos Pereira Vianna  
Presidente

Alberto dos Santos Abade  
Diretor

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues  
Diretor

Affonso José Guerreiro de Oliveira  
Diretor

Visto do Conselho Fiscal: Carlos Messias Barbosa Hésia Martinez Edde



## PASSIVO

### Não Exigível

Capital	9.000.000.000,00	
Correção Monetária do Ativo	4.048.537,06	
Fundo de Reserva Legal	236.594.448,49	
Fundos de Reserva Especiais	5.457.821.526,65	
Fundo de Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios	17.303.951,84	
Fundo de Previsão	337.510.411,42	15.053.278.875,46

### Exigível

#### Depósitos

Outros	1.738.301,44	
--------	--------------	--

#### Outras Exigibilidades

Credores Diversos – País e Exterior	705.598.755,89	
-------------------------------------	----------------	--

#### Obrigações Especiais

Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	40.018.406,17	
Obrigações Contraídas com Inst. Oficiais	8.758.588.256,62	
Obrigações Contraídas com o Poder Público	3.370.218.699,51	
Obrigações Contraídas no Exterior	2.606.243.657,93	
Imposto sobre Operações Financeiras	8.152.826,55	
Outras	95.024.079,68	14.878.245.926,46 15.585.582.983,79

#### Resultado Pendente

Rendas e Lucros em Suspensão	6.741.453,85	
------------------------------	--------------	--

#### Contas de Compensação

31.307.058.801,85  
61.952.662.114,95

Roberto Procópio de Lima Neto  
Diretor

Gilvan de Oliveira Azevedo  
Diretor

Nelcy Carlos Louro Pereira

Abelardo de Lima Puccini  
Chefe de Departamento Financeiro

Djarde Villaça  
Chefe da Divisão de  
Contabilidade e Controle  
Contador CRC-GB-9037  
CPF 004033267



**Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico**  
**Demonstração da Conta "Lucros e Perdas" – 2.º Semestre**

Em 31 de dezembro de 1974

**CRÉDITO**

**Rendas Correntes**

Rendas de Juros e Comissões	593.914.348,84	
Correção Monetária de Operações Ativas	2.903.033.949,88	
Rendas por Administração de Fundos	762.811,38	
Rendas por Variações Cambiais	99.883.609,73	
Rendas em Transações com Valores Mobiliários	<u>31.664.601,29</u>	3.629.259.321,12

**Outras Rendas**

Rendas Diversas	3.374.199,86	
Lucros	<u>683.203,59</u>	<u>4.057.403,45</u>

**TOTAL** 3.633.316.724,57

Em 31 de dezembro de 1974

Marcos Pereira Vianna  
Presidente

Alberto dos Santos Abade  
Diretor

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues  
Diretor

Affonso José Guerreiro de Oliveira  
Diretor

Visto do Conselho Fiscal: Carlos Messias Barbosa Hésia Martinez Edde



## DÉBITO

### Despesas Financeiras

Despesas de Juros e Comissões	402.615.964,40	
Despesas de Correção Monetária	388.556.538,47	
Despesas por Variações Cambiais	<u>274.059.815,35</u>	1.065.232.318,22

### Despesas Administrativas

Honorários da Diretoria e Conselhos	1.097.834,80	
Despesas com Imóveis não Destinados a Uso Próprio	9.140,00	
Despesas com Aperfeiçoamento de Pessoal	90.548,17	
Despesas de Instalações	79.083,63	
Despesas Gerais	7.645.275,76	
Despesas de Impostos e Taxas	66.837,52	
Despesas de Material de Expediente	1.171.416,46	
Despesas com Energia e Força	838.474,88	
Despesas com Sistema de Mecanização Avançada	410.000,50	
Despesas com Sistema de Comunicação	61.816,22	
Despesas com Sistema de Segurança	81.018,37	
Despesas com Imóveis de Uso Próprio	4.993.443,05	
Despesas com Viagens e Estadas	2.444.009,98	
Despesas com Publicidade e Publicações	664.624,80	
Despesas de Pessoal	45.483.690,67	
Encargos Sociais	<u>27.972.745,44</u>	93.109.960,25

### Outras Perdas

Amortização do Sistema de Mecanização Avançada	1.003.603,87	
Amortização do Sistema de Comunicação	26.147,16	
Amortização do Sistema de Segurança	2.821,95	
Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios	1.118.108,50	
Prejuízos	<u>24.596.842,79</u>	<u>26.747.524,27</u>

Subtotal 1.185.089.802,74

### Distribuição do Lucro Líquido:

Fundo de Reserva Legal	122.411.346,09
Fundos de Reserva Especiais	<u>2.325.815.575,74</u>

TOTAL 3.633.316.724,57

Roberto Procópio de Lima Neto  
Diretor

Gilvan de Oliveira Azevedo  
Diretor

Nelcy Carlos Louro Pereira

Abelardo de Lima Puccini  
Chefe de Departamento Financeiro

Djarde Villaça  
Chefe da Divisão de  
Contabilidade e Controle  
Contador CRC-GB-9037  
CPF 004033267



**Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico**  
**Demonstração da Conta "Lucros e Perdas" – Exercício de 1974**

Em 31 de dezembro de 1974

**CRÉDITO**

**Rendas Correntes**

Rendas de Juros e Comissões	993.505.091,67	
Correção Monetária de Operações Ativas	3.960.410.422,21	
Rendas por Administração de Fundos	1.394.342,54	
Rendas por Variações Cambiais	199.291.886,95	
Rendas em Transações com Valores Mobiliários	<u>221.895.473,48</u>	5.376.497.216,85

**Outras Rendas**

Rendas Diversas	12.406.366,22	
Lucros	<u>1.173.806,89</u>	<u>13.580.173,11</u>

**TOTAL**

**5.390.077.389,96**

Em 31 de dezembro de 1974

Marcos Pereira Vianna  
Presidente

Alberto dos Santos Abade  
Diretor

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues  
Diretor

Affonso José Guerreiro de Oliveira  
Diretor

Visto do Conselho Fiscal: Carlos Messias Barbosa      Hésia Martinez Edde



## DÉBITO

### Despesas Financeiras

Despesas de Juros e Comissões	631.524.261,90	
Despesas de Correção Monetária	479.979.143,56	
Despesas por Variações Cambiais	433.914.971,97	1.545.418.377,43

### Despesas Administrativas

Honorários da Diretoria e Conselhos	1.634.168,60	
Despesas com Imóveis não Destinados a Uso Próprio	20.580,00	
Despesas com Aperfeiçoamento de Pessoal	560.455,27	
Despesas de Instalações	147.769,41	
Despesas Gerais	13.015.838,29	
Despesas de Impostos e Taxas	152.626,62	
Despesas de Material de Expediente	1.493.097,76	
Despesas com Energia e Força	1.493.846,09	
Despesas com Sistema de Mecanização Avançada	519.351,43	
Despesas com Sistema de Comunicação	98.452,96	
Despesas com Sistema de Segurança	129.435,78	
Despesas com Imóveis de Uso Próprio	6.983.169,33	
Despesas com Viagens e Estadas	3.484.036,30	
Despesas com Publicidade e Publicações	1.542.275,41	
Despesas de Pessoal	73.672.996,62	
Encargos Sociais	39.977.366,38	144.925.466,25

### Outras Perdas

Amortização do Sistema de Mecanização Avançada	2.052.265,38	
Amortização do Sistema de Comunicação	48.880,62	
Amortização do Sistema de Segurança	5.643,90	
Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios	2.094.288,17	
Prejuízos	28.745.868,75	32.946.946,82
Subtotal		1.723.290.790,50

### Distribuição do Lucro Líquido:

Fundo de Reserva Legal	183.339.329,97
Fundos de Reserva Especiais	3.483.447.269,49

TOTAL

5.390.077.389,96

Roberto Procópio de Lima Neto  
Diretor

Gilvan de Oliveira Azevedo  
Diretor

Nelcy Carlos Louro Pereira

Abelardo de Lima Puccini  
Chefe de Departamento Financeiro

Djarde Villaça  
Chefe da Divisão de  
Contabilidade e Controle  
Contador CRC-GB-9037  
CPF 004033267